



Dados Básicos

Serviço Apuração de Irregularidade - MOB Digital	Status Concluída	Prioridade Normal
Unidade de Protocolo COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO OPERACIONAL DE BENEFÍCIOS	Data de entrada do requerimento 15/04/2020 18:57	Canal de atendimento Aplicações Parceiras
	Última atualização 01/06/2021 08:44	

Endereço para atendimento:

A tarefa não possui endereço para atendimento externo.

Campos adicionais:

Campo	Valor
Demanda	Apuração de Batimento Contínuo
Subdemanda	Nota Técnica 01/2020
Ocorrência	Superação de renda
NB	619.510.316-4

Interessados

CPF	Nome Completo	Data Nascimento	Nome Completo da Mãe
069.295.881-99	DANILO DA SILVA GONCALVES		

Procuradores / Representantes Legais

A tarefa não possui procuradores / representantes legais.

Instituidores

A tarefa não possui instituidores.

Anexos

ID	Nome do Arquivo	Descrição do Arquivo	Tamanho	Enviado Por	Autenticado?
75287841	DESPACHO_INSTAURACAO	Início de Apuração	114,71kB	073.974.496-89 - 15/04/2020 18:57	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade - MOB Digital (Tarefa principal)					
78604354	ConsultasCNIS-06929588199	Análise	180,61kB	003.364.140-48 - 29/04/2020 15:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade - MOB Digital (Tarefa principal)					
78604359	Historico NB	Análise	17,47kB	003.364.140-48 - 29/04/2020 15:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade - MOB Digital (Tarefa principal)					
78604355	ConsultasCNISGrupo-06929588199	Análise	170,55kB	003.364.140-48 - 29/04/2020 15:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade - MOB Digital (Tarefa principal)					
78604358	Grupo NB indeferido	Análise	14,18kB	003.364.140-48 - 29/04/2020 15:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade - MOB Digital (Tarefa principal)					
78604356	ConsultasPlenus-06929588199	Análise	103,44kB	003.364.140-48 - 29/04/2020 15:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade - MOB Digital (Tarefa principal)					
78604353	CadUnico-06929588199	Análise	217,52kB	003.364.140-48 - 29/04/2020 15:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade - MOB Digital (Tarefa principal)					
78604361	NB indeferido	Análise	24,88kB	003.364.140-48 - 29/04/2020 15:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade - MOB Digital (Tarefa principal)					
78604357	Edna	Análise	59,68kB	003.364.140-48 - 29/04/2020 15:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade - MOB Digital (Tarefa principal)					
78604362	RELATORIO_ANALISE	Análise	133,76kB	003.364.140-48 - 29/04/2020 15:44	Não

Anexos

ID	Nome do Arquivo	Descrição do Arquivo	Tamanho	Enviado Por	Autenticado?
1297287852 - Apuração de Irregularidade	- MOB Digital (Tarefa principal)				
78604360	Jud	Análise	158,14kB	003.364.140-48 - 29/04/2020 15:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade	- MOB Digital (Tarefa principal)				
78604363	OFICIO_DEFESA_202000365719	Análise	134,44kB	003.364.140-48 - 29/04/2020 15:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade	- MOB Digital (Tarefa principal)				
176199005	-EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES-Prot-1297287852-AR- FB954863030BR.pdf	Informação Complementar	321,30kB	003.364.140-48 - 30/05/2021 17:22	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade	- MOB Digital (Tarefa principal)				
176599309	RE-CNIS-06929588199.pdf	Análise de Defesa	181,18kB	003.364.140-48 - 01/06/2021 08:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade	- MOB Digital (Tarefa principal)				
176599310	MOB - Cobrança de Loas.pdf	Análise de Defesa	86,14kB	003.364.140-48 - 01/06/2021 08:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade	- MOB Digital (Tarefa principal)				
176599311	Jud.pdf	Análise de Defesa	152,05kB	003.364.140-48 - 01/06/2021 08:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade	- MOB Digital (Tarefa principal)				
176599312	RE-Grupo-06929588199.pdf	Análise de Defesa	59,86kB	003.364.140-48 - 01/06/2021 08:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade	- MOB Digital (Tarefa principal)				
176599313	Cálculo.pdf	Análise de Defesa	15,31kB	003.364.140-48 - 01/06/2021 08:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade	- MOB Digital (Tarefa principal)				
176599314	vinculo edna.pdf	Análise de Defesa	59,71kB	003.364.140-48 - 01/06/2021 08:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade	- MOB Digital (Tarefa principal)				
176599315	MOB - Prazo.pdf	Análise de Defesa	130,88kB	003.364.140-48 - 01/06/2021 08:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade	- MOB Digital (Tarefa principal)				
176599317	RE-CadUnico-06929588199.pdf	Análise de Defesa	216,25kB	003.364.140-48 - 01/06/2021 08:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade	- MOB Digital (Tarefa principal)				
176599318	OFICIO_RECURSO_202100730309.pdf	Análise de Defesa	94,72kB	003.364.140-48 - 01/06/2021 08:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade	- MOB Digital (Tarefa principal)				
176599319	RELATORIO_IRREGULARIDADE.pdf	Análise de Defesa	102,21kB	003.364.140-48 - 01/06/2021 08:44	Não
1297287852 - Apuração de Irregularidade	- MOB Digital (Tarefa principal)				



Você pode conferir a autenticidade do documento em
<https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade>
 com o código 220304VRSMXO53



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

0150001 - APS COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO OPERACIONAL DE BENEFÍCIOS em 15/04/2020

Ref.: NB 619.510.316-4

Titular: DANILO DA SILVA GONCALVES

RL: EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES

Ass.: Apuração de indício de irregularidade

1. O Instituto Nacional do Seguro Social tomou conhecimento nesta data acerca de possível irregularidade junto ao(s) benefício(s) da referência, em sendo:

Origem da Informação: Apuração de Batimento Contínuo/Nota Técnica 01/2020
Indício de Irregularidade: Superação de renda

2. Em face do exposto, prossiga-se quanto a análise e demais atos necessários a comprovação da regularidade/irregularidade para manutenção do benefício e demais procedimentos.

Instituto Nacional do Seguro Social



Bases Governamentais - Paineis do Cidadão

Dados do Filiado			
Nome	Data de Nascimento	CPF	NIT
DANILO DA SILVA GONCALVES	02/08/1993	06929588199	26758094144
Cadastro Único			
Código Familiar	Data Início	Data Fim	
2385317834	14/08/2009		



Bases Governamentais - Paineis do Cidadão - CADUNICO - Código Familiar: 2385317834

Dados do Filiado			
Nome	Data de Nascimento	CPF	NIT
DANILO DA SILVA GONCALVES	02/08/1993	06929588199	26758094144

Dados da Família no CADUNICO			
Data da Inclusão da Família	Data de Atualização	Renda Per Capita	Renda Familiar
14/08/2009	26/04/2019	791,00	2.374,00

Endereço			
JARDIM DAS PRIMAVERAS RUA MARIA DO CARMO, SN, 79880000			

Membros			
Nome da Pessoa	NIS	Parentesco	Estado Cadastral
DANIELLE CORREIA GONCALVES	21022217188	Filho(a)	Cadastrado
EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES	19004927460	Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF	Cadastrado
DANILO DA SILVA GONCALVES	21022217196	Filho(a)	Cadastrado

Dados da Pessoa no CADUNICO				
Nome	NIS	Estado Cadastral	Data de Cadastro no CADUNICO	Sexo
DANILO DA SILVA GONCALVES	21022217196	Cadastrado	28/06/2010	Masculino

CPF	Título de Eleitor	Parentesco	Data de Nascimento	Nome da Mãe
6929588199	23960231902	Filho(a)	02/08/1993	EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES

Data da carga no CNIS	Data da Última Alteração	Data de Exclusão do Grupo
26/04/2020		

No mês passado recebeu remuneração de trabalho?	
Não recebeu	

Quanto recebe, normalmente, por mês de:	
1 - Ajuda/doação regular de não morador	Não recebeu
2 - Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS	998,00
3 - Seguro-desemprego	Não recebeu
4 - Pensão alimentícia	Não recebeu
5 - Outras fontes de remuneração exceto bolsa família ou outras transferências similares	Não recebeu

Dados da Pessoa no CADUNICO				
Nome	NIS	Estado Cadastral	Data de Cadastro no CADUNICO	Sexo
Total Renda				
998,00				



Instituto Nacional do Seguro Social

Memorando-Circular Conjunto nº 7/DIRBEN/DIRAT/DIRSAT/INSS, de 17 de fevereiro de 2017
Memorando-Circular Conjunto nº 3/DIRBEN/DIRAT/DIRSAT/INSS, de 12 de fevereiro de 2017, alterado

Declaração de Renda do Grupo Familiar			
Nome do Requerente: DANILO DA SILVA GONCALVES			
CPF: 6929588199		Nome Social:	
Renda Mensal do Requerente (Extrair valores do CADUNICO, SUB, CNIS e SD; obter declaração dos valores dedutíveis; e efetuar cálculo da renda)			
Remuneração do Trabalho		Outras Fontes (Valores a serem deduzidos)	
(+) Remuneração bruta do trabalho no último mês	0,00	(-) Pensão especial de natureza indenizatória	0,00
Demais Rendas Contabilizadas		(-) Bolsas de estágio supervisionado	
(+) Ajuda/doação regular de não morador	0,00	(-) Benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporários (renda cujo valor, se existir, não deverá ser informado neste formulário porque não está contida no Cadastro Único)	0,00
(+) Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS	998,00		
(+) Seguro-desemprego	0,00	(-) Rendimentos decorrentes de contrato de Aprendizagem	0,00
(+) Pensão alimentícia	0,00	(-) Benefícios de natureza de assistência médica (somente valores do Programa "De Volta Para Casa" - Lei 10.708/03)	0,00
(+) Outras fontes de renda exceto bolsa família ou outras redes similares	0,00	(-) Rendas de natureza eventual ou sazonal (desde que se divida por doze, o resultado seja inferior a 1/4 do salário mínimo)	0,00
(+) Subtotal:		(-) Subtotal:	
998,00		0,00	
Valor Aferido do Titular:			998,00

(1) Renda dos Componentes do Grupo Familiar			
Nome do Membro Familiar: DANIELLE CORREIA GONCALVES			
CPF: 5727658195		Nome Social:	
Renda Mensal do Membro Familiar (Extrair valores do CADUNICO, SUB, CNIS e SD; obter declaração dos valores dedutíveis; e efetuar cálculo da renda)			
Remuneração do Trabalho		Outras Fontes (Valores a serem deduzidos)	
(+) Remuneração bruta do trabalho no último mês	150,00	(-) Pensão especial de natureza indenizatória	0,00
Demais Rendas Contabilizadas		(-) Bolsas de estágio supervisionado	
(+) Ajuda/doação regular de não morador	0,00	(-) Benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporários (renda cujo valor, se existir, não deverá ser informado neste formulário porque não está contida no Cadastro Único)	0,00
(+) Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS	0,00		
(+) Seguro-desemprego	0,00	(-) Rendimentos decorrentes de contrato de Aprendizagem	0,00
(+) Pensão alimentícia	0,00	(-) Benefícios de natureza de assistência médica (somente valores do Programa "De Volta Para Casa" - Lei 10.708/03)	0,00
(+) Outras fontes de renda exceto bolsa família ou outras redes similares	0,00	(-) Rendas de natureza eventual ou sazonal (desde que se divida por doze, o resultado seja inferior a 1/4 do salário mínimo)	0,00
		(-) Benefício de Prestação Continuada de idoso - BPC/LOAS - espécie 88 (quando o requerente for idoso)	0,00
(+) Subtotal:		(-) Subtotal:	
150,00		0,00	
Valor Aferido do Componente do Grupo Familiar:			150,00

(2) Renda dos Componentes do Grupo Familiar			
Nome do Membro Familiar: EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES			
CPF: 95764089115		Nome Social:	
(+) Subtotal:		(-) Subtotal:	
1.226,00		0,00	
Valor Aferido do Componente do Grupo Familiar:			1.226,00

(2) Renda dos Componentes do Grupo Familiar			
Nome do Membro Familiar: EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES			
CPF: 95764089115 Nome Social:			
Renda Mensal do Membro Familiar (Extrair valores do CADUNICO, SUB, CNIS e SD; obter declaração dos valores dedutíveis; e efetuar cálculo da renda)			
Remuneração do Trabalho		Outras Fontes (Valores a serem deduzidos)	
(+) Remuneração bruta do trabalho no último mês	1.226,00	(-) Pensão especial de natureza indenizatória	0,00
Demais Rendas Contabilizadas		(-) Bolsas de estágio supervisionado	0,00
(+) Ajuda/doação regular de não morador	0,00	(-) Benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporários (renda cujo valor, se existir, não deverá ser informado neste formulário porque não está contida no Cadastro Único)	0,00
(+) Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS	0,00		
(+) Seguro-desemprego	0,00	(-) Rendimentos decorrentes de contrato de Aprendizagem	0,00
(+) Pensão alimentícia	0,00	(-) Benefícios de natureza de assistência médica (somente valores do Programa "De Volta Para Casa" - Lei 10.708/03)	0,00
(+) Outras fontes de renda exceto bolsa família ou outras redes similares	0,00	(-) Rendas de natureza eventual ou sazonal (desde que se divida por doze, o resultado seja inferior a 1/4 do salário mínimo)	0,00
		(-) Benefício de Prestação Continuada de idoso - BPC/LOAS - espécie 88 (quando o requerente for idoso)	0,00
(+) Subtotal:	1.226,00	(-) Subtotal:	0,00
Valor Aferido do Componente do Grupo Familiar:			1.226,00

☐ Ratifico as informações declaradas pelo Responsável pela Unidade Familiar - RF no Cadastro Único.

☐ Não ratifico as informações declaradas pelo Responsável pela Unidade Familiar - RF no Cadastro Único.

Local _____ Data ____/____/____

Assinatura do Requerente ou Representante Legal

Preencher quando o Requerente for o Representante Legal	
Tipo de Representante:	
Nome:	DN:
CPF:	E-mail:
Sexo:	Endereço:
Complemento:	Bairro:
Município:	UF: CEP:

Resumo do Cálculo de Renda Per Capita Familiar	
Quantidade de Componentes do Grupo Familiar:	3
Renda Total do Grupo Familiar:	2.374,00
Renda Per Capita do Grupo Familiar:	791,33



INSS
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Relações Previdenciárias - Portal CNIS

29/04/2020 10:20:15

Identificação do Filiado**Nit:** 2.675.809.414-4**CPF:** 069.295.881-99**Nome:** DANILO DA SILVA GONCALVES**Data de Nascimento:** 02/08/1993**Nome da Mãe:** EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES**Relações Previdenciárias**

Seq.	NIT	Código Emp./NB	Origem do Vínculo	Tipo Filiado no Vínculo	Data Início	Data Fim	Últ. Remun.	Indicadores
1	2.675.809.414-4	6195103164	87 - AMP. SOCIAL PESSOA PORTADORA	Não Informado	24/08/2016			
2	2.675.809.414-4	7020797912	87 - AMP. SOCIAL PESSOA PORTADORA	Não Informado				
3	2.675.809.414-4	7011554476	87 - AMP. SOCIAL PESSOA PORTADORA	Não Informado				
4	2.675.809.414-4	7025820459	87 - AMP. SOCIAL PESSOA PORTADORA	Não Informado				



Identificar Filiado - Consultar Extrato

Dados Cadastrais			
NIT	26758094144	Fonte do NIT	PREVIDÊNCIA
Administrador do NIT	PREVIDÊNCIA	Fonte Cadastramento	CNIS
Ano da administração	2014	Data de Cadastramento	19/08/2014
		Data de Atualização	12/11/2016

Dados Básicos			
Nome	DANILO DA SILVA GONCALVES		
Nome da Mãe	EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES		
Nome do Pai	SEVERINO GONCALVES SEGUNDO		
Sexo	MASCULINO	Estado Civil	SOLTEIRO(A)
		Grau de Instrução	FUNDAMENTAL INCOMPL.
Cor/Raça		Data Nascimento	02/08/1993
		Data de Óbito	
Nacionalidade	BRASILEIRA	País de Origem	BRASIL
		Data de chegada	
Município de Nascimento	DIADEMA	UF de Nascimento	SP

Documentos	
CPF	06929588199
Identidade	Número: 2046250 Orgão Emissor: SSP UF: MS Data de Emissão: 27/02/2012
CTPS	
Título de Eleitor	
CNH	
Doc. Estrangeiro	
Carteira de Marítimo	
Passaporte	
Certidões Cíveis	

Contato	
Endereço principal	Tipo Logradouro: RUA, Logradouro: MARIA DO CARMO SANTOS, Número: 215, Complemento: , Bairro: JARDIM DAS PRIMAVERAS, DOURADINA - MS, CEP: 79880000
Endereço Secundário	
Telefone 1	Telefone 2
	Celular 55- (67) 996328519
Email	

Lista de Elos			
NIT	Fonte Origem	CPF	Nome
21022217196	CADSUS	06929588199	DANILO DA SILVA GONCALVES



INSS
CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais
Dados Pessoa Física - Portal CNIS

Página 1 de 1
29/04/2020 10:19:44

Critérios de busca

Nit:	CPF: 069.295.881-99	Nome:
Data de Nascimento:	CNH:	Nome da Mãe:
Título de Eleitor:	CTPS:	Identidade:

Dados Pessoa Física

NIT	Nome	Nome da Mãe	Data de Nascimento	Situações	CPF
26758094144	DANILO DA SILVA GONCALVES	EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES	02/08/1993	Nit normal	06929588199

“O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme artigo 19, § 3º do Decreto 3.048/99.”



INSS
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Relações Previdenciárias - Portal CNIS

29/04/2020 11:01:53

Identificação do Filiado**Nit:** 2.675.809.414-4**CPF:** 069.295.881-99**Nome:** DANILO DA SILVA GONCALVES**Data de Nascimento:** 02/08/1993**Nome da Mãe:** EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES**Relações Previdenciárias**

Seq.	NIT	Código Emp./NB	Origem do Vínculo	Tipo Filiado no Vínculo	Data Início	Data Fim	Últ. Remun.	Indicadores
1	2.675.809.414-4	6195103164	87 - AMP. SOCIAL PESSOA PORTADORA	Não Informado	24/08/2016			
2	2.675.809.414-4	7025820459	87 - AMP. SOCIAL PESSOA PORTADORA	Não Informado				
3	2.675.809.414-4	7020797912	87 - AMP. SOCIAL PESSOA PORTADORA	Não Informado				
4	2.675.809.414-4	7011554476	87 - AMP. SOCIAL PESSOA PORTADORA	Não Informado				



INSS
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Relações Previdenciárias - Portal CNIS

29/04/2020 11:01:35

Identificação do Filiado

Nit: 1.900.492.746-0 **CPF:** 957.640.891-15 **Nome:** EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES
Data de Nascimento: 13/08/1966 **Nome da Mãe:** MARIA DA SILVA CORREIA

Relações Previdenciárias

Seq.	NIT	Código Emp./NB	Origem do Vínculo	Tipo Filiado no Vínculo	Data Início	Data Fim	Últ. Remun.	Indicadores
1	1.900.492.746-0	15.479.751/0001-00	MUNICIPIO DE DOURADINA	Empregado	01/08/2001		12/2002	PRPPS
2	1.900.492.746-0	15.479.751/0001-00	MUNICIPIO DE DOURADINA	Empregado	19/08/2002		11/2017	PRPPS

Legenda de Indicadores

Indicador	Descrição	Indicador	Descrição
PRPPS	Vínculo de empregado com informações de Regime Próprio (Servidor Público)		



INSS
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Relações Previdenciárias - Portal CNIS

29/04/2020 11:01:16

Identificação do Filiado**Nit:** 2.102.221.718-8**CPF:** 057.276.581-95**Nome:** DANIELLE CORREIA GONCALVES**Data de Nascimento:** 08/03/1995**Nome da Mãe:** EDNA DA SILVA CORREIA

Não foram encontradas Relações Previdenciárias para o NIT informado.

Acao
Inicio Origem Desvio Restaura Fim

NB 6195103164 EDNA DA SILVA C GONCALVES Situacao: Ativo
CPF: 069.295.881-99 NIT: 2.675.809.414-4 Ident.: 00002046250 MS

OL Mantenedor: 06.0.21.010 APS : APS DOURADOS SABI
OL Mant. Ant.: Banco : 237 BRADESCO
OL Concessor : 06.0.21.160 Agencia: 676933 PAA DOURADINA

Nasc.: 02/08/1993 Sexo: MASCULINO Trat.: 19 Procur.: NAO RL: SIM
Esp.: 87 AMP. SOCIAL PESSOA PORTADORA DEFICIENCIA Qtd. Dep. Sal.Fam.: 00
Ramo Atividade: IRRELEVANTE RP: N Qtd. Dep. I. Renda: 00
Forma Filiacao: OPTANTE PELA LEI 618 Qtd. Dep. Informada: 00
Meio Pagto: CMG - CARTAO MAGNETICO Dep. para Desdobr.: 00/00
Situacao: ATIVO Dep. valido Pensao: 00

APR. : 0,00 Compet : 04/2020 DAT : 24/08/2016 DIB: 24/08/2016
MR.BASE: 1.045,00 MR.PAG.: 1.045,00 DER : 27/07/2017 DDB: 27/07/2017
Acompanhante: NAO Tipo IR: PADRAO DIB ANT: 00/00/0000 DCB: 00/00/0000

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3

MPAS/INSS Sistema Unico de Beneficios DATAPREV 29/04/2020 09:09:57
CONBAS - Dados Basicos da Concessao

Acao
Inicio Origem Desvio Restaura Fim

NB 6195103164 EDNA DA SILVA C GONCALVES Situacao: Ativo
OL Concessor : 06.021.160 Renda Mensal Inicial - RMI.: 880,00
OL Conc. Ant1 : Salario de Beneficio :
OL Conc. Ant2 : Base Calc. Apos. - A.P.Base:
OL Conc. Ant3 : RMI/Antiga Legislacao.... :
OL Executor : Valor Calculo Acid. Trab. :
OL Manutencao : 06.021.010 Valor Mens.Reajustada - MR : 1.045,00
Origem Proc. : CONCESSAO ON-LINE
Trat.: 19 Sit.credito : 02 VALOR CREDITO COMPET NAO PRECISA SER AUD
CNIS: 0 NAO HOUE UTILIZACAO DE DADOS DO CNIS NB. Anterior :
Esp.: 87 AMP. SOCIAL PESSOA PORTADORA DEFICIENC NB. Origem :
Ramo atividade: 9 IRRELEVANTE NB. Benef. Base:
Forma Filiacao: 9 OPTANTE PELA LEI 618 Local Trabalho: 61
Ult. empregador: DAT: 24/08/2016 DIP: 01/07/2017
Indice Reaj. Teto: DER: 27/07/2017 DDB: 27/07/2017
Grupo Contribuicao: DRD: 27/07/2017 DIC:
TP. Calculo : DIB: 24/08/2016 DCI:
Desp: 04 CONCESSAO DECORRENTE DE ACAO JUDICI DO/DR: DCB:
Tempo Servico : A M D DPE: A M D DPL: A M D

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3

MPAS/INSS Sistema Unico de Beneficios DATAPREV 29/04/2020 09:10:01
TITULAR - Titular do Beneficio

Acao
Inicio Origem Desvio Restaura Fim

NB 6195103164 EDNA DA SILVA C GONCALVES Situacao: Ativo
Nome do Titular: DANILO DA SILVA GONCALVES
Nome da Mae : EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES
Dependentes para I.R. : 00 Dependentes para S.F.: 00
CPF. : 069295881-99 Nacionalidade: BRASILEIRA
Ident.: 00002046250 01MS Municipio/UF : DIADEMA / SP
CTPS. : Sexo : MASCULINO
NIT. : 26758094144 Nascimento : 02/08/1993 Obito:
Titulo: Validacao no CNIS: NAO
Certidao - Tipo: Livro: Folha: Termo:
Escolaridade: 00 CONFORME TABELA DO BDTAB (TB0400)
Obito: Cart.: Livro: Folha: Termo:
Endereco para Correspondencia (Valido)
Endereco : MARIA DO CARMO SANTOS 215 CEP.: 79880-000
Municipio: DOURADINA UF. : MS
Bairro : CENTRO Tel.: DDD/Ramal: /
E-mail : Aut:

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3

Acao

Inicio Origem Desvio Restaura Fim
NB 6195103164 EDNA DA SILVA C GONCALVES Situacao: Ativo

Tipo: ADMINISTRADOR PROVISORIO

Nome do Representante: EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES
Nome da Mae: MARIA DA SILVA CORREIA Expedicao Documento:

CPF. : Nacionalidade: BRASILEIRA
Ident.: 1089799-SSP/MS Municipio/UF :
CTPS. : 0000000 00000 Sexo : FEMININO
NIT. : 19004927460 Nascimento : 13/08/1966
Titulo: Validacao no CNIS: NAO
Certidao - Tipo: Livro: Folha: Termo:

Endereco para Correspondencia (Valido)
Endereco : MARIA DO CARMO SANTOS 215 CEP.: 79880-000
Municipio: DOURADINA UF. : MS
Bairro : CENTRO Tel.: DDD/Ramal: /

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3

MPAS/INSS Sistema Unico de Beneficios DATAPREV 29/04/2020 09:10:22
PROCURador - Procurador/Representante do Beneficio

Acao

Inicio Origem Desvio Restaura Fim
NB 6195103164 EDNA DA SILVA C GONCALVES Situacao: ATIVO
OL: 06.0.21.010 OP: 67693-3 Procuracao Efetiv.: Validade:

Nome :
Nome da Mae: CPF:
Nascimento : Nacionalidade: Sexo:
Identidade : CTPS: NIT:
Municipio/UF: -

Emissao Banco OP Fita Sequencial Observacao

NAO EXISTE PROCURADOR NEM REPRES. DE ENTIDADE PARA ESTE BENEFICIO

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3

Acao

Inicio Origem Desvio Restaura Fim

NB 6195103164 EDNA DA SILVA C GONCALVES Situacao: Ativo

Sequencial: 01 Vinculo familiar: 10- O PROPRIO
Nome do Participante: DANILO DA SILVA GONCALVES
Nome da Mae.....: EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES

CPF. : 069295881 99 Ident.: 00002046250 01 MS
CTPS. : 00000000 00000 NIT. : 2675809414 4 Nascimento : 02/08/1993
Titulo: 000000000000 00
Certidao - Tipo: Livro : Folha: Termo:

Vinculo Ocupacional: 00
Valor declarado: 0,00 Competencia: 07/2017
Data da Avaliacao Social: 27/07/2017 Data de atualizacao: 27/07/2017

CONTINUA (+/-) +

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3

Acao

Inicio Origem Desvio Restaura Fim

NB 6195103164 EDNA DA SILVA C GONCALVES Situacao: ATIVO
Esp.: 87 - AMP. SOCIAL PESSOA PORTADORA DEFICIENCIA DIB: 24/08/2016

Data Ocorrencia Motivo Ocorrencia
16/07/2019 99 - OUTROS
BENEFICIO IDENTIFICADO COM INCONSISTENCIA CONFORME TAREFA CADASTRADA NO GET
PARA O SERVICO QUALIFICACAO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFICIOS

19/06/2019 99 - OUTROS
BENEFICIO IDENTIFICADO COM INCONSISTENCIA CONFORME TAREFA CADASTRADA NO GET
PARA O SERVICO QUALIFICACAO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFICIOS

FIM Proxima Pagina ou 99 para Finalizar 99

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3

CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais

Extrato Previdenciário - CNIS Extrato

29/04/2020 14:54:13

Identificação do Filiado

Nit: 1.900.492.746-0 **Nome:** EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES
Data de Nascimento: 13/08/1966 **Nome da Mãe:** MARIA DA SILVA CORREIA

Detalhes do Vínculo

Empregador: MUNICIPIO DE DOURADINA
Código Empregador: 15.479.751/0001-00
Data de Admissão: 19/08/2002 **Data de Rescisão:**
Tipo de Filiado no Vínculo: Empregado
NIT: 1900492746

Remunerações

Fonte	Competência	Remuneração	Indicadores
RAIS Movimento	01/2003	242,52	
RAIS Movimento	02/2003	242,52	
RAIS Movimento	03/2003	242,52	
RAIS Movimento	04/2003	262,51	
RAIS Movimento	05/2003	262,51	
RAIS Movimento	06/2003	262,51	
RAIS Movimento	07/2003	262,51	
RAIS Movimento	08/2003	262,51	
RAIS Movimento	09/2003	262,51	
RAIS Movimento	10/2003	262,51	
RAIS Movimento	11/2003	262,51	
RAIS Movimento	12/2003	262,51	
RAIS Movimento	01/2004	277,96	
RAIS Movimento	02/2004	277,96	
RAIS Movimento	03/2004	277,96	
RAIS Movimento	04/2004	277,96	
RAIS Movimento	05/2004	300,34	
RAIS Movimento	06/2004	300,34	
RAIS Movimento	07/2004	300,34	
RAIS Movimento	08/2004	300,34	
RAIS Movimento	09/2004	300,34	
RAIS Movimento	10/2004	300,34	
RAIS Movimento	11/2004	300,34	
RAIS Movimento	12/2004	300,34	
RAIS Movimento	01/2005	326,39	
RAIS Movimento	02/2005	326,39	
RAIS Movimento	03/2005	326,39	
RAIS Movimento	04/2005	419,42	
RAIS Movimento	05/2005	355,41	
RAIS Movimento	06/2005	357,95	
RAIS Movimento	07/2005	357,93	
RAIS Movimento	08/2005	357,93	
RAIS Movimento	09/2005	367,41	
RAIS Movimento	10/2005	357,93	

Remunerações

Fonte	Competência	Remuneração	Indicadores
RAIS Movimento	11/2005	367,94	
RAIS Movimento	12/2005	357,93	
RAIS Movimento	01/2006	357,93	
RAIS Movimento	02/2006	357,93	
RAIS Movimento	03/2006	357,93	
RAIS Movimento	04/2006	404,65	
RAIS Movimento	05/2006	504,07	
RAIS Movimento	06/2006	394,66	
RAIS Movimento	07/2006	394,66	
RAIS Movimento	08/2006	394,66	
RAIS Movimento	09/2006	412,18	
RAIS Movimento	10/2006	412,18	
RAIS Movimento	11/2006	412,18	
RAIS Movimento	12/2006	412,18	
RAIS Movimento	01/2007	412,18	
RAIS Movimento	02/2007	412,18	
RAIS Movimento	03/2007	412,18	
RAIS Movimento	04/2007	571,80	
RAIS Movimento	05/2007	445,15	
RAIS Movimento	06/2007	445,15	
RAIS Movimento	07/2007	445,15	
RAIS Movimento	08/2007	485,05	
RAIS Movimento	09/2007	461,98	
RAIS Movimento	10/2007	481,98	
RAIS Movimento	11/2007	461,98	
RAIS Movimento	12/2007	478,16	
RAIS Movimento	01/2008	438,90	
RAIS Movimento	02/2008	438,90	
RAIS Movimento	03/2008	492,79	
RAIS Movimento	04/2008	529,92	
RAIS Movimento	05/2008	546,92	
RAIS Movimento	06/2008	675,86	
RAIS Movimento	07/2008	506,91	
RAIS Movimento	08/2008	506,91	
RAIS Movimento	09/2008	555,19	
RAIS Movimento	10/2008	555,19	
RAIS Movimento	11/2008	506,91	
RAIS Movimento	12/2008	506,91	
RAIS Movimento	01/2009	506,92	
RAIS Movimento	02/2009	756,98	
RAIS Movimento	03/2009	567,75	
RAIS Movimento	04/2009	567,75	
RAIS Movimento	05/2009	567,75	
RAIS Movimento	06/2009	567,75	
RAIS Movimento	07/2009	567,75	
RAIS Movimento	08/2009	567,75	
RAIS Movimento	09/2009	814,65	
RAIS Movimento	10/2009	567,75	
RAIS Movimento	11/2009	567,75	

Remunerações

Fonte	Competência	Remuneração	Indicadores
RAIS Movimento	12/2009	567,75	
RAIS Movimento	01/2010	589,05	
RAIS Movimento	02/2010	673,20	
RAIS Movimento	03/2010	589,05	
RAIS Movimento	04/2010	589,05	
RAIS Movimento	05/2010	618,85	
RAIS Movimento	06/2010	618,85	
RAIS Movimento	07/2010	618,85	
RAIS Movimento	08/2010	864,40	
RAIS Movimento	09/2010	618,85	
RAIS Movimento	10/2010	618,85	
RAIS Movimento	11/2010	618,85	
RAIS Movimento	12/2010	618,85	
RAIS Movimento	01/2011	629,47	
RAIS Movimento	02/2011	629,47	
RAIS Movimento	03/2011	629,47	
RAIS Movimento	04/2011	629,47	
RAIS Movimento	05/2011	629,47	
RAIS Movimento	06/2011	661,18	
RAIS Movimento	07/2011	661,18	
RAIS Movimento	08/2011	881,55	
RAIS Movimento	09/2011	724,15	
RAIS Movimento	10/2011	661,18	
RAIS Movimento	11/2011	661,18	
RAIS Movimento	12/2011	661,18	
RAIS Movimento	01/2012	661,18	
RAIS Movimento	02/2012	661,18	
RAIS Movimento	03/2012	764,03	
RAIS Movimento	04/2012	852,05	
RAIS Movimento	05/2012	852,05	
RAIS Movimento	06/2012	937,25	
RAIS Movimento	07/2012	852,05	
RAIS Movimento	08/2012	1.182,77	
RAIS Movimento	09/2012	918,20	
RAIS Movimento	10/2012	918,20	
RAIS Movimento	11/2012	918,20	
RAIS Movimento	12/2012	918,20	
RAIS Movimento	01/2013	967,20	
RAIS Movimento	02/2013	1.042,04	
RAIS Movimento	03/2013	1.042,04	
RAIS Movimento	04/2013	1.042,04	
RAIS Movimento	05/2013	1.042,04	
RAIS Movimento	06/2013	1.094,14	
RAIS Movimento	07/2013	1.389,35	
RAIS Movimento	08/2013	1.042,04	
RAIS Movimento	09/2013	1.042,04	
RAIS Movimento	10/2013	1.042,04	
RAIS Movimento	11/2013	1.042,04	
RAIS Movimento	12/2013	1.042,04	

Remunerações

Fonte	Competência	Remuneração	Indicadores
RAIS Movimento	01/2014	1.051,24	
RAIS Movimento	02/2014	1.051,24	
RAIS Movimento	03/2014	1.051,24	
RAIS Movimento	04/2014	1.051,24	
RAIS Movimento	05/2014	1.051,24	
RAIS Movimento	06/2014	1.105,63	
RAIS Movimento	07/2014	1.474,14	
RAIS Movimento	08/2014	1.105,63	
RAIS Movimento	09/2014	1.105,63	
RAIS Movimento	10/2014	1.105,63	
RAIS Movimento	11/2014	1.105,63	
RAIS Movimento	12/2014	1.105,63	
RAIS Movimento	01/2015	1.118,43	
RAIS Movimento	02/2015	1.118,43	
RAIS Movimento	03/2015	1.118,43	
RAIS Movimento	04/2015	1.118,43	
RAIS Movimento	05/2015	1.118,43	
RAIS Movimento	06/2015	1.597,00	
RAIS Movimento	07/2015	1.277,13	
RAIS Movimento	08/2015	1.597,00	
RAIS Movimento	09/2015	1.197,78	
RAIS Movimento	10/2015	1.197,78	
RAIS Movimento	11/2015	1.197,78	
RAIS Movimento	12/2015	1.197,78	
RAIS Movimento	01/2016	1.216,18	
RAIS Movimento	02/2016	1.216,18	
RAIS Movimento	03/2016	1.216,18	
RAIS Movimento	04/2016	1.216,18	
RAIS Movimento	05/2016	1.343,41	
RAIS Movimento	06/2016	1.791,17	
RAIS Movimento	07/2016	1.343,41	
RAIS Movimento	08/2016	1.343,41	
RAIS Movimento	09/2016	1.343,41	
RAIS Movimento	10/2016	1.343,41	
RAIS Movimento	11/2016	1.343,41	
RAIS Movimento	12/2016	1.343,41	
RAIS Movimento	01/2017	1.354,81	
RAIS Movimento	02/2017	1.354,81	
RAIS Movimento	03/2017	1.354,81	
RAIS Movimento	04/2017	1.354,81	
RAIS Movimento	05/2017	1.354,81	
RAIS Movimento	06/2017	1.504,81	
RAIS Movimento	07/2017	1.317,41	
RAIS Movimento	08/2017	1.414,69	
RAIS Movimento	09/2017	1.414,69	
RAIS Movimento	10/2017	1.886,21	
RAIS Movimento	11/2017	1.602,09	



INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

SIBE - Sistema Integrado de Benefícios

Componentes do Grupo Familiar

Informações Básicas do Benefício

Espécie / Número: 87 / 702.582.045-9	NIT: 267.58094.14-4	Data de Entrada do Requerimento: 24/08/2016
Titular: DANILO DA SILVA GONCALVES	APS de Requerimento: 06021010	Data de Início do Benefício:
Situação: INDEFERIDO	APS de Manutenção: 00000000	Data de Início do Pagamento:

Componentes do Grupo Familiar

NIT	Nome	Data de Nascimento	Parentesco
26758094144	DANILO DA SILVA GONCALVES	02/08/1993	Próprio
19004927460	EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES	13/08/1966	Mãe



Histórico do Reconhecimento de Direito

Número do Benefício: 7025820459

Informações do benefício

Conclusão do reconhecimento do direito: INDEFERIDO

Espécie: 87 - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Data de entrada do requerimento: 24/08/2016

Data do despacho do benefício: 12/11/2016

Data da regularização da documentação: 02/09/2016

Despacho: INDEFERIMENTO ON-LINE

Tratamento:

APS requerimento: 06021010 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DOURADOS

APS concessora: 06021010 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DOURADOS

APS mantenedora: 06021010 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DOURADOS

Motivos de indeferimento

143 - Renda per capita familiar é igual ou superior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente na data do requerimento

Informações do titular

Nome: DANILO DA SILVA GONCALVES

Nit: 2.675.809.414.4 **CPF:** 069.295.881-99 **RG:** 2046250

Sexo: MASCULINO

Nome da mãe: EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES

Nome do pai: SEVERINO GONCALVES SEGUNDO

Data de nascimento: 02/08/1993

Endereço:

RUA: MARIA DO CARMO SANTOS, nº 215 - JARDIM DAS PRIMAVERAS

Município: DOURADINA **UF:** MS

CEP: 79880-000

Local de convívio: Vive em residência

Forma de convívio familiar: Com a família



Histórico do Reconhecimento de Direito

Número do Benefício: 7025820459

Cálculo da renda per capita

Total da renda:	R\$600,00	Total de componentes:	2
Valor da renda per capita:	R\$300,00	Valor do SM:	R\$880,00
Renda per capita menor que 1/4 SM:	Não		

Dados cadastrais dos componentes do grupo familiar

Sequencial: 1
 Nome: DANILO DA SILVA GONCALVES
 NIT: 267.58094.14-4 CPF: 069.295.881-99
 Data de nascimento: 02/08/1993
 Considerado no grupo familiar: Sim Grau de parentesco: Próprio
 Motivo: Utilizado no cálculo da renda per capita
 Informações de rendas:
 Contribuições: R\$0,00 Outras rendas: R\$0,00
 Benefícios: R\$0,00 Renda total: R\$0,00

Sequencial: 2
 Nome: EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES
 NIT: 190.04927.46-0 CPF: 957.640.891-15
 Data de nascimento: 13/08/1966
 Considerado no grupo familiar: Sim Grau de parentesco: Mãe
 Motivo: Utilizado no cálculo da renda per capita
 Informações de rendas:
 Contribuições: R\$0,00 Outras rendas: R\$600,00
 Benefícios: R\$0,00 Renda total: R\$600,00

Informações do receptor

O titular é o receptor

Informações do solicitante

O titular é o solicitante

Lista de benefícios indeferidos:

Número do benefício: 7011554476
 Nome do titular: DANILO DA SILVA GONCALVES
 Espécie: 87 - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA
 Data de entrada do requerimento: 19/08/2014
 Situação: INDEFERIDO
 APS concessora: 06021010 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DOURADOS
 APS mantenedora: 06021010 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DOURADOS

Número do benefício: 7020797912
 Nome do titular: DANILO DA SILVA GONCALVES
 Espécie: 87 - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA
 Data de entrada do requerimento: 14/01/2016
 Situação: INDEFERIDO
 APS concessora: 06021010 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DOURADOS
 APS mantenedora: 06021010 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DOURADOS



Histórico do Reconhecimento de Direito

Número do Benefício: 7025820459

Informações da Avaliação Médica	
O avaliado preenche os requisitos estabelecidos pelo Art. 20, §§ 2º e 10, da Lei nº 8.742/1993, que define pessoa com deficiência para fins de acesso ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social BPC.	
Exigências do benefício	
Descrição: Concluir Requerimento Situação: Atendida Baixa: 12/11/2016 Vinculada por: Karina Albino Viegas Cumprido por: Karina Albino Viegas Observação:	
Descrição: Apresentar Carteira de Identidade (Registro Geral) do componente do grupo familiar Situação: Atendida Baixa: 12/11/2016 Vinculada por: Karina Albino Viegas Cumprido por: Karina Albino Viegas Observação: cumprida 07/11/2016	
Descrição: Apresentar CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social do componente do grupo familiar Situação: Atendida Baixa: 12/11/2016 Vinculada por: Karina Albino Viegas Cumprido por: Karina Albino Viegas Observação: cumprida 07/11/2016	
Descrição: Apresentar comprovante do CPF - Cadastro de Pessoa Física do componente do grupo familiar Situação: Atendida Baixa: 12/11/2016 Vinculada por: Karina Albino Viegas Cumprido por: Karina Albino Viegas Observação: cumprida 07/11/2016	
Descrição: Apresentar Registro de Nascimento ou Certidão de Casamento do titular Situação: Atendida Baixa: 12/11/2016 Vinculada por: Karina Albino Viegas Cumprido por: Karina Albino Viegas Observação: cumprida 07/11/2016	
Descrição: Apresentar Registro de Nascimento ou Certidão de Casamento do componente do grupo familiar Situação: Atendida Baixa: 12/11/2016 Vinculada por: Karina Albino Viegas Cumprido por: Karina Albino Viegas Observação: cumprida 07/11/2016	
Descrição: Apresentar comprovante de endereço Situação: Atendida Baixa: 12/11/2016 Vinculada por: Karina Albino Viegas Cumprido por: Karina Albino Viegas Observação: cumprida 07/11/2016	
Descrição: Comparecimento do titular para realizar a avaliação social Situação: Atendida Baixa: 07/11/2016 Vinculada por: Karina Albino Viegas Cumprido por: Claudia Maria Almeida Melo Observação:	
Descrição: Comparecimento do titular para realizar a perícia médica Situação: Atendida Baixa: 07/11/2016 Vinculada por: Karina Albino Viegas Cumprido por: Takeshi Matsubara Observação:	
Descrição: Agendamento de avaliação social do titular Situação: Atendida Baixa: 03/11/2016 Vinculada por: Karina Albino Viegas Cumprido por: Karina Albino Viegas Observação:	



Histórico do Reconhecimento de Direito

Número do Benefício: 7025820459

Exigências do benefício

Descrição: Agendamento de perícia médica do titular
Situação: Atendida **Baixa:** 03/11/2016
Vinculada por: Karina Albino Viegas
Cumprido por: Karina Albino Viegas
Observação:



PODER JUDICIÁRIO
JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

TERMO Nr: 6202005850/2017 SENTENÇA TIPO: A
PROCESSO Nr: 0003449-03.2016.4.03.6202 AUTUADO EM 20/12/2016
ASSUNTO: 040113 - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL (ART. 203,V CF/88) - BENEF. EM ESPÉCIE/
CONCESSÃO/ CONVERSÃO/ RESTABELECIMENTO/ COMPLEMENTAÇÃO
CLASSE: 1 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
AUTOR: DANILO DA SILVA GONCALVES
ADVOGADO(A)/DEFENSOR(A) PÚBLICO(A): MS010840 - WILSON OLSEN JUNIOR
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROCURADOR(A)/REPRESENTANTE:
DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA POR SORTEIO ELETRÔNICO EM 09/01/2017 13:24:16

SENTENÇA

DATA: 06/06/2017

LOCAL: Juizado Especial Federal Cível Dourados, SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE DOURADOS, à Rua Ponta Porã, 1875, Dourados/MS.

<# Vistos etc.

Cuida-se de ação por ajuizada por **Danilo da Silva Gonçalves**, representada por sua genitora **Edna da Silva Correia Gonçalves**, contra o **Instituto Nacional do Seguro Social**, em que pleiteia a concessão de benefício assistencial de prestação continuada.

Dispensado o relatório (art. 38 da Lei 9.099/1995 c/c art. 1º da Lei 10.259/2011), passo ao julgamento do feito.

O art. 20 da Lei 8.472/1993 dispõe que o benefício assistencial de prestação continuada, no valor de um salário-mínimo mensal, é devido à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Assim, o interessado deve comprovar que é idoso ou que tem deficiência e, ainda, que está em condição de vulnerabilidade social, por não ter meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

O idoso é a pessoa com idade igual ou superior a 65 anos (*caput*).

A pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo (não inferior a 02 anos) de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (§§ 2º e 10). A deficiência e o grau de impedimento devem ser aferidos por meio de avaliação médica e social (§ 6º).

Infere-se do conceito legal de deficiência que mesmo a incapacidade parcial pode dar ensejo à concessão do benefício, desde que as condições pessoais e sociais do requerente demonstrem a impossibilidade fática de sua (re)inserção no mercado de trabalho.

A lei considera incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal *per capita* seja inferior a um quarto do salário-mínimo (§ 3º), entendendo-se como família, para fins de cálculo da renda *per capita*, o conjunto de pessoas composto pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais (na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto), os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto (§ 1º).

O art. 34, parágrafo único do Estatuto do Idoso dispõe que o benefício assistencial já concedido ao membro da família idoso não será computado para os fins do cálculo da renda familiar *per capita* prevista no art. 20, § 3º da Lei 8.472/1993. Porém, em razão da aplicação do princípio da isonomia, o alcance da norma foi ampliado para determinar que, desde que não ultrapasse o valor de um salário mínimo, também deve ser excluído do cálculo da renda familiar *per capita* o benefício de natureza previdenciária recebido pelo idoso, bem como o benefício de natureza assistencial ou previdenciária recebido pela pessoa com deficiência (STF, Pleno, RE 580.963/PR e STJ, 3ª Seção, Pet 7.203/PE).

O Decreto 6.214/2007 dispõe que integram a renda mensal familiar os rendimentos decorrentes de salários, proventos, pensões, pensões alimentícias, benefícios de previdência pública ou privada, seguro-desemprego, comissões, pro-labore, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos auferidos do patrimônio e renda mensal vitalícia (art. 4º, VI). Por outro lado, não integram a renda mensal familiar os rendimentos decorrentes de benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporária, valores oriundos de programas sociais de transferência de renda, bolsas de estágio supervisionado, pensão especial de natureza indenizatória, benefícios de assistência médica, rendas de natureza eventual ou sazonal, a serem regulamentadas em ato conjunto do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do INSS, e rendimentos decorrentes de contrato de aprendizagem (art. 4º, § 2º).

O critério da renda familiar *per capita* não é absoluto, tanto que a lei, acompanhando a evolução da jurisprudência (STF, Pleno, RREE 567.985/MT e 580.963/PR, STJ, 3ª Seção, REsp 1.112.557/MG), passou a prever que outros elementos podem ser utilizados para comprovar a condição de miserabilidade do grupo familiar e da situação de vulnerabilidade (§ 11).

Com efeito, não são raros os casos de famílias que, a despeito de não registrarem renda formal, ostentam qualidade de vida incompatível com a renda declarada, seja por obterem renda por meio de trabalho informal, seja em razão do auxílio de familiares, os quais, note-se, possuem o dever de prestar alimentos, nos termos do art. 1.694 a 1.710 do Código Civil (TNU, Pedilef 5009459-52.2011.4.04.7001/PR e Pedilef 5000493-92.2014.4.04.7002/PR). Por outro lado, também são comuns os casos de pessoas que, embora possuam renda *per capita* familiar superior a ¼ do salário mínimo, estão em situação de vulnerabilidade social.

Em suma, o requisito objetivo da renda *per capita* familiar, por si só, é insuficiente para caracterizar ou afastar a hipossuficiência econômica, a qual deve ser avaliada de forma individualizada à vista do conjunto probatório trazido ao conhecimento do Juízo, nos termos do art. 371 do Código de Processo Civil.

No caso em tela, a parte autora alega que tem deficiência e não possui meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

A deficiência que gera impedimento de longo prazo restou provada pela perícia médica, que concluiu pela ausência de capacidade laboral em razão do quadro de retardo mental de grau leve e outros transtornos mentais especificados devidos a uma lesão e disfunção cerebral (evento 20).

O laudo de avaliação social (evento 25) informa que a parte autora reside em imóvel próprio, de alvenaria, sem forro. Os móveis são simples. A residência é atendida pelos serviços básicos de infraestrutura como asfalto, água e energia elétrica. O autor reside com a mãe, Edna da Silva Correia Gonçalves, 40 anos, e a irmã, Danielle Correia Gonçalves, 22 anos. Apenas a mãe recebe renda de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais em razão do trabalho de diarista.

Desta forma, demonstrou a parte autora preencher os requisitos para fazer jus ao benefício assistencial, tendo em vista que a renda *per capita* é inferior a um quarto de um salário-mínimo.

Presentes o *fumus boni juris*, conforme demonstrado, e também o perigo na demora, este caracterizado pela natureza alimentar e pela finalidade do benefício, que é a de prover recursos para suprimento das necessidades elementares da pessoa, concedo a tutela antecipada para que seja implantado o benefício em favor da parte autora no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil.

Isso posto, **julgo procedente o pedido**, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil, para condenar o réu a implantar e pagar à parte autora o benefício assistencial de prestação continuada previsto no art. 203, V da Constituição Federal e instituído pela Lei n. 8.742/93, com início na data do requerimento administrativo (24.08.2016).

Os valores em atraso deverão ser pagos após o trânsito em julgado, descontadas eventuais quantias pagas administrativamente ou por força da antecipação dos efeitos da tutela, e serão atualizados monetariamente a partir do vencimento e acrescidos de juros de mora a partir da data da citação, de acordo com os critérios previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, atualmente veiculado por meio da Resolução 267/2013 do Conselho da Justiça Federal.

Defiro o requerimento de tutela antecipada e determino ao INSS que implante o benefício no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ 200,00. Oficie-se à APSADJ.

O reembolso dos honorários periciais adiantados à conta do Tribunal será suportado pelo réu (art. 32 da

Resolução CJF n. 305/2014).

Defiro a gratuidade. Anote-se.

Sem custas e honorários nesta instância.

P.R.I.#>

SÚMULA

PROCESSO: 0003449-03.2016.4.03.6202

AUTOR: DANILO DA SILVA GONCALVES

ASSUNTO : 040113 - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL (ART. 203,V CF/88) - BENEF. EM ESPÉCIE/
CONCESSÃO/ CONVERSÃO/ RESTABELECIMENTO/ COMPLEMENTAÇÃO

NB: 7025820459 (DIB)

CPF: 06929588199

NOME DA MÃE: EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES

Nº do PIS/PASEP:26758094144

ENDEREÇO: RUA MARIA DO CARMO SANTOS, 215 - - JARDIM DAS PRIMAVERAS

DOURADINA/MS - CEP 79880000

DATA DO AJUIZAMENTO: 20/12/2016

DATA DA CITAÇÃO: 09/01/2017

REPRESENTANTE: **EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES**

OSIAS ALVES PENHA

Juiz(a) Federal

Acao

Inicio Origem Desvio Restaura Fim

NB 7025820459 DANILO DA SILVA GONCALVES Situacao: Beneficio indeferido

Dt. Processamento: 12/11/2016

OL Concessao : 06.0.21.010

OL Indefer. : 06.0.21.010

Despacho : 35 INDEFERIMENTO ON-LINE

Especie : 87 AMP. SOCIAL PESSOA PORTADORA DEFICIENCIA

DER : 24/08/2016

Motivo : 143 RENDA PER CAPITA FAMILIAR >= 1/4 SAL. MIN. NA DER.

Observacao :

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RELATÓRIO DE ANÁLISE - 29/04/2020

Interessado(a): **DANILO DA SILVA GONCALVES - RL: EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES**

Assunto: **Apuração de Batimento Contínuo - Superação de renda**

Benefício nº: **87 / 6195103164 / Amp. Social Pessoa Portadora Deficiencia / Protocolo: 1297287852**

1. Trata-se de apuração de indícios de irregularidade detectados em batimento contínuo de informações sobre a renda per capita do grupo familiar do Benefício de Prestação Continuada de nº 87 / 619.510.316-4, conforme avaliação de que trata o art. 11 da Lei n.º 10.666, de 8 de maio de 2003.

2. Foi identificado através do batimento realizado referente a Subdemanda Nota Técnica 01/2020 que a renda do grupo familiar do benefício assistencial em análise, contraria o disposto no artigo 20, § 3º, da Lei n.º 8.742/1993, concomitante com o artigo 3º, inciso IV, do Decreto n.º 6.214/2007.

3. Nome do membro do grupo familiar e renda verificada:

- EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES (mãe/madrasta): renda de vínculo empregatício no valor mensal de R\$ 1602,09 (em 11/2017 vínculo de RPPS Prefeitura de Douradina)

Em que pese a concessão judicial do benefício, conforme sentença judicial não consta informação sobre vínculo de RPPS, razão pela qual é necessário esclarecer tal situação.

4. Em relação ao Cadastro Único, requisito para manutenção do benefício objeto desta apuração, conforme disposto nos artigos 12 e 13 do Decreto n.º 6.214/2007, verifica-se que:

(X) Encontra-se atualizado há menos de 2 anos.

5. Em face ao exposto, caberá emissão de Ofício de Defesa a(o) interessado(a), conforme artigo 47, §1º, do Decreto n.º 6.214/2007.

Gustavo Correa Leite

Matrícula 1493273



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO OPERACIONAL DE BENEFÍCIOS

Ofício nº 202000365719 - 29 de Abril de 2020

Assunto: **Apuração de Batimento Contínuo - Superação de renda**
Benefício nº: **87 / 619.510.316-4 / amp. social pessoa portadora deficiência / Protocolo: 1297287852**
Prezado(a) Sr(a): **DANILO DA SILVA GONCALVES - RL: EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES**

1. Após revisão no seu benefício nº 87 / 619.510.316-4 foi identificado indício de irregularidade que consiste na renda superior às regras estabelecidas ao BPC.

2. Considerando que a renda per capita do grupo familiar é superior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo vigente na data da apuração. Oportunizamos, em atenção à ACP n.º 5044874-22.2013.4.04.7100-RS, a apresentação dos seguintes documentos:

- comprovação de prescrição médica e do valor mensal gasto com medicamentos, alimentação especial, fraldas descartáveis e consultas na área de saúde;
- documento que comprove a prestação negada por órgão da rede pública de saúde com atribuição para fornecimento dos itens citados anteriormente.

3. Advertimos quanto à necessidade de manter o Cadastro Único atualizado junto ao CRAS do seu município, requisito para manutenção do benefício objeto desta apuração. Quanto ao CadÚnico verifica-se que:

(X) Encontra-se atualizado há menos de 2 anos. Caso haja divergências deve ser atualizado e apresentado comprovante.

4. Desta maneira, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, facultamos o prazo de trinta (30) dias a V.Sa., a contar do recebimento desta correspondência, para apresentar defesa, provas e documentos (identidade, cpf e certidão de casamento/nascimento dos membros do grupo familiar) que demonstrem a regularidade do benefício. Para apresentar sua defesa escrita, é necessário agendamento prévio do serviço "APRESENTAR DEFESA - MOB" no Meu INSS (meu.inss.gov.br/ ou aplicativo para celular) ou pelo Telefone 135. Comunicamos que o dossiê eletrônico relativo ao assunto se encontra disponível no site meu.inss.gov.br.

5. Nome do membro do grupo familiar e renda verificada:

- EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES (mãe/madrasta): renda de vínculo empregatício no valor mensal de R\$ 1602,09 (em 11/2017 vínculo de RPPS Prefeitura de Douradina)

Atenciosamente
Instituto Nacional do Seguro Social

Despacho (68622758)

Enviado em 29/04/2020 15:44

Unidade: 0150001 - COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO OPERACIONAL DE BENEFÍCIOS
1297287852 - Apuração de Irregularidade - MOB Digital (Tarefa principal)

Alteração de status da Tarefa para Exigência pelo MOB Digital devido à Análise Preliminar.

Despacho (94787752)

Enviado em 17/09/2020 19:57

Unidade: 0150001 - COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO OPERACIONAL DE BENEFÍCIOS

717068714 - Análise, notificação e ciência (Subtarefa)

Subtarefa criada pelo MOB Digital

Despacho (94787774)

Enviado em 17/09/2020 19:57

Unidade: 0150001 - COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO OPERACIONAL DE BENEFÍCIOS
717068714 - Análise, notificação e ciência (Subtarefa)


Tarefa concluída via serviço através da aplicação MOB Digital.

Despacho (153169592)

Enviado em 30/05/2021 17:22

Unidade: 0150001 - COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO OPERACIONAL DE BENEFÍCIOS
1297287852 - Apuração de Irregularidade - MOB Digital (Tarefa principal)

Não houve apresentação de defesa até a presente data. Ciência do A.R. em 10/08/2020

<div>DESTINATÁRIO</div> <div>EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES</div> <div>MARIA DO CARMO, 215</div> <div>79880-000 DOURADINA MS</div>	<div> CORREIOS</div> <div>AR Digital</div> <div>Segunda Via</div> <div>ESPAÇO RESERVADO À MENÇÃO MP</div>			
	<div>DESTINATÁRIO</div> <div>EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES</div> <div>MARIA DO CARMO, 215</div> <div>79880-000 DOURADINA MS</div>		<div>99123250</div> <div>80</div>	<div>CARIMBO</div> <div>UNIDADE DE ENTREGA</div>
	<div>AR954863030PZ</div> <div></div>		<div>FB</div>	
	<div>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional</div>			
	<div>PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)</div>			
<div>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO</div> <div>Endereço do Remetente</div>	<div>TENTATIVAS DE ENTREGA</div> <div>1ª ____/____/____ ____:____h</div> <div>2ª ____/____/____ ____:____h</div> <div>3ª ____/____/____ ____:____h</div> <div>ATENÇÃO: Após 3 tentativas, devolver o objeto.</div>	<div>MOTIVO DA DEVOLUÇÃO</div> <div><div><div>1 Mudou-se</div><div>2 Endereço</div><div>3 Não Existe o Número</div><div>4 Desconhecido</div><div>9 Outros</div></div><div><div>5 Recusado</div><div>6 Não Procurado</div><div>7 Ausente</div><div>8 Falecido</div></div></div>	<div>RUBRICA DE MATRÍCULA DO CARTEIRO</div>	
<div>FB954863030BR</div> <div></div>	<div>ASSINATURA DO RECEBEDOR</div>		<div>DATA ENTREGA</div>	
	<div>NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR</div>		<div>Nº DOC. DE IDENTIDADE</div>	

AVISO DE RECEBIMENTO Digital		31/07/2020	LOTE: 95158		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA										
DESTINATÁRIO: EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES MARIA DO CARMO, 215, JARDIM DAS PRIMAVERAS DOURADINA - MS 79880-000		TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ h 2ª ____/____/____ h 3ª ____/____/____ h		ATENÇÃO: após a 3ª tentativa, devolver o objeto.											
 AR 954863030B2		MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO: <table border="0"><tr><td><input type="checkbox"/> 1 Mudou-se</td><td><input type="checkbox"/> 5 Recusado</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente</td><td><input type="checkbox"/> 6 Não Procurado</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número</td><td><input type="checkbox"/> 7 Ausente</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> 4 Desconhecido</td><td><input type="checkbox"/> 8 Falecido</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> 9 Outros</td><td></td></tr></table>		<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 5 Recusado	<input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não Procurado	<input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número	<input type="checkbox"/> 7 Ausente	<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Falecido	<input type="checkbox"/> 9 Outros		1 AGO 2020 FB	
<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 5 Recusado														
<input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não Procurado														
<input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número	<input type="checkbox"/> 7 Ausente														
<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Falecido														
<input type="checkbox"/> 9 Outros															
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR CENTRALIZADOR REGIONAL				RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO 											
PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)															
ASSINATURA DO RECEBEDOR EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES		DATA DE ENTREGA 10/08/2020													
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR		Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE 1059799ms													



FB954863030BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
10/08/2020 10:48 Douradina / MS

10/08/2020 10:48 Douradina / MS	Objeto entregue ao destinatário
.....	
10/08/2020 10:47 Douradina / MS	Favor desconsiderar a informação anterior
.....	
10/08/2020 10:47 Douradina / MS	Objeto entregue ao destinatário
.....	
10/08/2020 08:51 Douradina / MS	Favor desconsiderar a informação anterior
.....	
10/08/2020 08:51 Douradina / MS	Objeto saiu para entrega ao destinatário
.....	
31/07/2020 11:49 RIO DE JANEIRO / RJ	Objeto postado



INSS
CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais
Dados Pessoa Física - Portal CNIS

Página 1 de 1
28/05/2021 13:44:27

Critérios de busca

Nit:	CPF: 069.295.881-99	Nome:
Data de Nascimento:	CNH:	Nome da Mãe:
Título de Eleitor:	CTPS:	Identidade:

Dados Pessoa Física

NIT	Nome	Nome da Mãe	Data de Nascimento	Situações	CPF
26758094144	DANILO DA SILVA GONCALVES	EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES	02/08/1993	Nit normal	06929588199

“O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme artigo 19, § 3º do Decreto 3.048/99.”



Identificar Filiado - Consultar Extrato

Dados Cadastrais			
NIT	26758094144	Fonte do NIT	PREVIDÊNCIA
Administrador do NIT	PREVIDÊNCIA	Fonte Cadastramento	CNIS
Ano da administração	2014	Data de Cadastramento	19/08/2014
		Data de Atualização	12/11/2016

Dados Básicos			
Nome	DANILO DA SILVA GONCALVES		
Nome da Mãe	EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES		
Nome do Pai	SEVERINO GONCALVES SEGUNDO		
Sexo	MASCULINO	Estado Civil	SOLTEIRO(A)
		Grau de Instrução	FUNDAMENTAL INCOMPL.
Cor/Raça		Data Nascimento	02/08/1993
		Data de Óbito	
Nacionalidade	BRASILEIRA	País de Origem	BRASIL
		Data de chegada	
Município de Nascimento	DIADEMA	UF de Nascimento	SP

Documentos	
CPF	06929588199
Identidade	Número: 2046250 Orgão Emissor: SSP UF: MS Data de Emissão: 27/02/2012
CTPS	
Título de Eleitor	
CNH	
Doc. Estrangeiro	
Carteira de Marítimo	
Passaporte	
Certidões Cíveis	

Contato	
Endereço principal	Tipo Logradouro: RUA, Logradouro: MARIA DO CARMO SANTOS, Número: 215, Complemento: , Bairro: JARDIM DAS PRIMAVERAS, DOURADINA - MS, CEP: 79880000
Endereço Secundário	
Telefone 1	Telefone 2
	Celular 55- (67) 996328519
Email	

Lista de Elos			
NIT	Fonte Origem	CPF	Nome
21022217196	CADSUS	06929588199	DANILO DA SILVA GONCALVES



INSS
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Relações Previdenciárias - Portal CNIS

28/05/2021 13:44:51

Identificação do Filiado**Nit:** 2.675.809.414-4**CPF:** 069.295.881-99**Nome:** DANILO DA SILVA GONCALVES**Data de Nascimento:** 02/08/1993**Nome da Mãe:** EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES**Relações Previdenciárias**

Seq.	NIT	Código Emp./NB	Origem do Vínculo	Tipo Filiado no Vínculo	Data Início	Data Fim	Últ. Remun.	Indicadores
1	2.675.809.414-4	6195103164	87 - AMP. SOCIAL PESSOA PORTADORA	Não Informado	24/08/2016			
2	2.675.809.414-4	7020797912	87 - AMP. SOCIAL PESSOA PORTADORA	Não Informado				
3	2.675.809.414-4	7011554476	87 - AMP. SOCIAL PESSOA PORTADORA	Não Informado				
4	2.675.809.414-4	7025820459	87 - AMP. SOCIAL PESSOA PORTADORA	Não Informado				

COMUNICADO

28/08/2020

Benefício previdenciário ou assistencial pago indevidamente ou além do devido: cabe cobrança!

A Portaria Conjunta nº 633/Dirben, de 27 de agosto de 2020 ([clique ou veja anexo a este e-mail](#)) revogou o Ofício-Circular nº 15/Dirben, de 13 de março de 2019.

Assim, cabe cobrança de valores recebidos indevidamente para todos benefícios considerados irregulares após apuração de irregularidade, conforme a Lei nº 8.213, de 24 de julho 1991, alterada pela Lei n.º 13.846, de 18 junho de 2019.

Dirben



PODER JUDICIÁRIO
JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

TERMO Nr: 6202005850/2017 SENTENÇA TIPO: A
PROCESSO Nr: 0003449-03.2016.4.03.6202 AUTUADO EM 20/12/2016
ASSUNTO: 040113 - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL (ART. 203,V CF/88) - BENEF. EM ESPÉCIE/
CONCESSÃO/ CONVERSÃO/ RESTABELECIMENTO/ COMPLEMENTAÇÃO
CLASSE: 1 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
AUTOR: DANILO DA SILVA GONCALVES
ADVOGADO(A)/DEFENSOR(A) PÚBLICO(A): MS010840 - WILSON OLSEN JUNIOR
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROCURADOR(A)/REPRESENTANTE:
DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA POR SORTEIO ELETRÔNICO EM 09/01/2017 13:24:16

SENTENÇA

DATA: 06/06/2017
LOCAL: Juizado Especial Federal Cível Dourados, SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE DOURADOS, à Rua Ponta Porã, 1875, Dourados/MS.

<# Vistos etc.

Cuida-se de ação por ajuizada por **Danilo da Silva Gonçalves**, representada por sua genitora **Edna da Silva Correia Gonçalves**, contra o **Instituto Nacional do Seguro Social**, em que pleiteia a concessão de benefício assistencial de prestação continuada.

Dispensado o relatório (art. 38 da Lei 9.099/1995 c/c art. 1º da Lei 10.259/2011), passo ao julgamento do feito.

O art. 20 da Lei 8.472/1993 dispõe que o benefício assistencial de prestação continuada, no valor de um salário-mínimo mensal, é devido à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Assim, o interessado deve comprovar que é idoso ou que tem deficiência e, ainda, que está em condição de vulnerabilidade social, por não ter meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

O idoso é a pessoa com idade igual ou superior a 65 anos (*caput*).

A pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo (não inferior a 02 anos) de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (§§ 2º e 10). A deficiência e o grau de impedimento devem ser aferidos por meio de avaliação médica e social (§ 6º).

Infere-se do conceito legal de deficiência que mesmo a incapacidade parcial pode dar ensejo à concessão do benefício, desde que as condições pessoais e sociais do requerente demonstrem a impossibilidade fática de sua (re)inserção no mercado de trabalho.

A lei considera incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal *per capita* seja inferior a um quarto do salário-mínimo (§ 3º), entendendo-se como família, para fins de cálculo da renda *per capita*, o conjunto de pessoas composto pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais (na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto), os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto (§ 1º).

O art. 34, parágrafo único do Estatuto do Idoso dispõe que o benefício assistencial já concedido ao membro da família idoso não será computado para os fins do cálculo da renda familiar *per capita* prevista no art. 20, § 3º da Lei 8.472/1993. Porém, em razão da aplicação do princípio da isonomia, o alcance da norma foi ampliado para determinar que, desde que não ultrapasse o valor de um salário mínimo, também deve ser excluído do cálculo da renda familiar *per capita* o benefício de natureza previdenciária recebido pelo idoso, bem como o benefício de natureza assistencial ou previdenciária recebido pela pessoa com deficiência (STF, Pleno, RE 580.963/PR e STJ, 3ª Seção, Pet 7.203/PE).

O Decreto 6.214/2007 dispõe que integram a renda mensal familiar os rendimentos decorrentes de salários, proventos, pensões, pensões alimentícias, benefícios de previdência pública ou privada, seguro-desemprego, comissões, pro-labore, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos auferidos do patrimônio e renda mensal vitalícia (art. 4º, VI). Por outro lado, não integram a renda mensal familiar os rendimentos decorrentes de benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporária, valores oriundos de programas sociais de transferência de renda, bolsas de estágio supervisionado, pensão especial de natureza indenizatória, benefícios de assistência médica, rendas de natureza eventual ou sazonal, a serem regulamentadas em ato conjunto do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do INSS, e rendimentos decorrentes de contrato de aprendizagem (art. 4º, § 2º).

O critério da renda familiar *per capita* não é absoluto, tanto que a lei, acompanhando a evolução da jurisprudência (STF, Pleno, RREE 567.985/MT e 580.963/PR, STJ, 3ª Seção, REsp 1.112.557/MG), passou a prever que outros elementos podem ser utilizados para comprovar a condição de miserabilidade do grupo familiar e da situação de vulnerabilidade (§ 11).

Com efeito, não são raros os casos de famílias que, a despeito de não registrarem renda formal, ostentam qualidade de vida incompatível com a renda declarada, seja por obterem renda por meio de trabalho informal, seja em razão do auxílio de familiares, os quais, note-se, possuem o dever de prestar alimentos, nos termos do art. 1.694 a 1.710 do Código Civil (TNU, Pedilef 5009459-52.2011.4.04.7001/PR e Pedilef 5000493-92.2014.4.04.7002/PR). Por outro lado, também são comuns os casos de pessoas que, embora possuam renda *per capita* familiar superior a ¼ do salário mínimo, estão em situação de vulnerabilidade social.

Em suma, o requisito objetivo da renda *per capita* familiar, por si só, é insuficiente para caracterizar ou afastar a hipossuficiência econômica, a qual deve ser avaliada de forma individualizada à vista do conjunto probatório trazido ao conhecimento do Juízo, nos termos do art. 371 do Código de Processo Civil.

No caso em tela, a parte autora alega que tem deficiência e não possui meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

A deficiência que gera impedimento de longo prazo restou provada pela perícia médica, que concluiu pela ausência de capacidade laboral em razão do quadro de retardo mental de grau leve e outros transtornos mentais especificados devidos a uma lesão e disfunção cerebral (evento 20).

O laudo de avaliação social (evento 25) informa que a parte autora reside em imóvel próprio, de alvenaria, sem forro. Os móveis são simples. A residência é atendida pelos serviços básicos de infraestrutura como asfalto, água e energia elétrica. O autor reside com a mãe, Edna da Silva Correia Gonçalves, 40 anos, e a irmã, Danielle Correia Gonçalves, 22 anos. Apenas a mãe recebe renda de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais em razão do trabalho de diarista.

Desta forma, demonstrou a parte autora preencher os requisitos para fazer jus ao benefício assistencial, tendo em vista que a renda *per capita* é inferior a um quarto de um salário-mínimo.

Presentes o *fumus boni juris*, conforme demonstrado, e também o perigo na demora, este caracterizado pela natureza alimentar e pela finalidade do benefício, que é a de prover recursos para suprimento das necessidades elementares da pessoa, concedo a tutela antecipada para que seja implantado o benefício em favor da parte autora no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil.

Isso posto, **julgo procedente o pedido**, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil, para condenar o réu a implantar e pagar à parte autora o benefício assistencial de prestação continuada previsto no art. 203, V da Constituição Federal e instituído pela Lei n. 8.742/93, com início na data do requerimento administrativo (24.08.2016).

Os valores em atraso deverão ser pagos após o trânsito em julgado, descontadas eventuais quantias pagas administrativamente ou por força da antecipação dos efeitos da tutela, e serão atualizados monetariamente a partir do vencimento e acrescidos de juros de mora a partir da data da citação, de acordo com os critérios previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, atualmente veiculado por meio da Resolução 267/2013 do Conselho da Justiça Federal.

Defiro o requerimento de tutela antecipada e determino ao INSS que implante o benefício no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ 200,00. Oficie-se à APSADJ.

O reembolso dos honorários periciais adiantados à conta do Tribunal será suportado pelo réu (art. 32 da

Resolução CJF n. 305/2014).

Defiro a gratuidade. Anote-se.

Sem custas e honorários nesta instância.

P.R.I.#>

SÚMULA

PROCESSO: 0003449-03.2016.4.03.6202

AUTOR: DANILO DA SILVA GONCALVES

ASSUNTO : 040113 - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL (ART. 203,V CF/88) - BENEF. EM ESPÉCIE/
CONCESSÃO/ CONVERSÃO/ RESTABELECIMENTO/ COMPLEMENTAÇÃO

NB: 7025820459 (DIB)

CPF: 06929588199

NOME DA MÃE: EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES

Nº do PIS/PASEP:26758094144

ENDEREÇO: RUA MARIA DO CARMO SANTOS, 215 - - JARDIM DAS PRIMAVERAS

DOURADINA/MS - CEP 79880000

DATA DO AJUIZAMENTO: 20/12/2016

DATA DA CITAÇÃO: 09/01/2017

REPRESENTANTE: **EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES**

OSIAS ALVES PENHA

Juiz(a) Federal



INSS
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Relações Previdenciárias - Portal CNIS

28/05/2021 13:52:26

Identificação do Filiado

Nit: 1.900.492.746-0 **CPF:** 957.640.891-15 **Nome:** EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES
Data de Nascimento: 13/08/1966 **Nome da Mãe:** MARIA DA SILVA CORREIA

Relações Previdenciárias

Seq.	NIT	Código Emp./NB	Origem do Vínculo	Tipo Filiado no Vínculo	Data Início	Data Fim	Últ. Remun.	Indicadores
1	1.900.492.746-0	15.479.751/0001-00	MUNICIPIO DE DOURADINA	Empregado	01/08/2001		12/2002	PRPPS
2	1.900.492.746-0	15.479.751/0001-00	MUNICIPIO DE DOURADINA	Empregado	19/08/2002	01/06/2018	05/2018	PRPPS

Legenda de Indicadores

Indicador	Descrição	Indicador	Descrição
PRPPS	Vínculo de empregado com informações de Regime Próprio (Servidor Público)		



CÁLCULO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE

RELATÓRIO SIMPLIFICADO

Beneficiário: DANILO DA SILVA GONCALVES

Espécie: 87 - Amp. Social Pessoa Portadora Deficiencia

NB: 619.510.316-4

Motivo do Ressarcimento: 3 - Acumulação indevida

APS de Manutenção: 0.602.101.0 - AG.ÊNC.IA .DA .PRE.VID.ÊNC.IA .SOC.IAL. DO.URA.DOS

Data de Início do Benefício (DIB): 24/08/2016

Data de Início do Pagamento (DIP): 01/07/2017

Data da Cessação do Benefício (DCB):

Dt. Início da Correção Monetária (DIC): Não Informado

Período do Cálculo: 26/04/2019 a 30/04/2021

Período sem Correção: - a -

Data do Cálculo: 30/05/2021

PERÍODO DO CRÉDITO	DT. PGTO	CRÉDITO	DEDUÇÃO	INDEVIDO	ÍNDICE	CORREÇÃO (R\$)	CORRIGIDO (R\$)
01/04/2019 a 30/04/2019	02/05/2019	166,33	0,00	166,33	1,10237800	17,03	183,36
01/05/2019 a 31/05/2019	03/06/2019	998,00	0,00	998,00	1,10072700	100,53	1.098,53
01/06/2019 a 30/06/2019	02/07/2019	998,00	0,00	998,00	1,10061700	100,42	1.098,42
01/07/2019 a 31/07/2019	01/08/2019	998,00	0,00	998,00	1,09951700	99,32	1.097,32
01/08/2019 a 31/08/2019	02/09/2019	998,00	0,00	998,00	1,09819900	98,00	1.096,00
01/09/2019 a 30/09/2019	01/10/2019	998,00	0,00	998,00	1,09874900	98,55	1.096,55
01/10/2019 a 31/10/2019	04/11/2019	998,00	0,00	998,00	1,09830900	98,11	1.096,11
01/11/2019 a 30/11/2019	02/12/2019	998,00	0,00	998,00	1,09241000	92,23	1.090,23
01/12/2019 a 31/12/2019	02/01/2020	998,00	0,00	998,00	1,07924300	79,08	1.077,08
01/01/2020 a 31/01/2020	03/02/2020	1.039,00	0,00	1.039,00	1,07719700	80,21	1.119,21
01/02/2020 a 29/02/2020	02/03/2020	1.045,00	0,00	1.045,00	1,07536900	78,76	1.123,76
01/03/2020 a 31/03/2020	02/04/2020	1.045,00	0,00	1.045,00	1,07343600	76,74	1.121,74
01/04/2020 a 30/04/2020	04/05/2020	1.045,00	0,00	1.045,00	1,07591100	79,33	1.124,33
01/05/2020 a 31/05/2020	01/06/2020	1.045,00	0,00	1.045,00	1,07860800	82,15	1.127,15
01/06/2020 a 30/06/2020	02/07/2020	1.045,00	0,00	1.045,00	1,07538100	78,77	1.123,77
01/07/2020 a 31/07/2020	03/08/2020	1.045,00	0,00	1.045,00	1,07067100	73,85	1.118,85
01/08/2020 a 31/08/2020	03/09/2020	1.045,00	0,00	1.045,00	1,06683000	69,84	1.114,84
01/09/2020 a 30/09/2020	05/10/2020	1.045,00	0,00	1.045,00	1,05762900	60,22	1.105,22
01/10/2020 a 31/10/2020	03/11/2020	1.045,00	0,00	1.045,00	1,04829900	50,47	1.095,47
01/11/2020 a 30/11/2020	03/12/2020	1.045,00	0,00	1.045,00	1,03843400	40,16	1.085,16
01/12/2020 a 31/12/2020	04/01/2021	1.045,00	0,00	1.045,00	1,02349100	24,55	1.069,55
01/01/2021 a 31/01/2021	03/02/2021	1.100,00	0,00	1.100,00	1,02073500	22,81	1.122,81
01/02/2021 a 28/02/2021	03/03/2021	1.100,00	0,00	1.100,00	1,01243300	13,68	1.113,68
01/03/2021 a 31/03/2021	06/04/2021	1.100,00	0,00	1.100,00	1,00380000	4,18	1.104,18
01/04/2021 a 30/04/2021	04/05/2021	1.100,00	0,00	1.100,00	1,00000000	0,00	1.100,00

TOTAIS

VALOR INDEVIDO ORIGINAL :	R\$ 25.084,33
VALOR DA CORREÇÃO:	R\$ 1.618,99
VALOR INDEVIDO CORRIGIDO:	R\$ 26.703,32

CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais

Extrato Previdenciário - CNIS Extrato

30/05/2021 17:20:00

Identificação do Filiado

Nit: 1.900.492.746-0 **Nome:** EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES
Data de Nascimento: 13/08/1966 **Nome da Mãe:** MARIA DA SILVA CORREIA

Detalhes do Vínculo

Empregador: MUNICIPIO DE DOURADINA
Código Empregador: 15.479.751/0001-00
Data de Admissão: 19/08/2002 **Data de Rescisão:** 01/06/2018
Tipo de Filiado no Vínculo: Empregado
NIT: 1900492746

Remunerações

Fonte	Competência	Remuneração	Indicadores
RAIS Movimento	01/2003	242,52	
RAIS Movimento	02/2003	242,52	
RAIS Movimento	03/2003	242,52	
RAIS Movimento	04/2003	262,51	
RAIS Movimento	05/2003	262,51	
RAIS Movimento	06/2003	262,51	
RAIS Movimento	07/2003	262,51	
RAIS Movimento	08/2003	262,51	
RAIS Movimento	09/2003	262,51	
RAIS Movimento	10/2003	262,51	
RAIS Movimento	11/2003	262,51	
RAIS Movimento	12/2003	262,51	
RAIS Movimento	01/2004	277,96	
RAIS Movimento	02/2004	277,96	
RAIS Movimento	03/2004	277,96	
RAIS Movimento	04/2004	277,96	
RAIS Movimento	05/2004	300,34	
RAIS Movimento	06/2004	300,34	
RAIS Movimento	07/2004	300,34	
RAIS Movimento	08/2004	300,34	
RAIS Movimento	09/2004	300,34	
RAIS Movimento	10/2004	300,34	
RAIS Movimento	11/2004	300,34	
RAIS Movimento	12/2004	300,34	
RAIS Movimento	01/2005	326,39	
RAIS Movimento	02/2005	326,39	
RAIS Movimento	03/2005	326,39	
RAIS Movimento	04/2005	419,42	
RAIS Movimento	05/2005	355,41	
RAIS Movimento	06/2005	357,95	
RAIS Movimento	07/2005	357,93	
RAIS Movimento	08/2005	357,93	
RAIS Movimento	09/2005	367,41	
RAIS Movimento	10/2005	357,93	

Remunerações

Fonte	Competência	Remuneração	Indicadores
RAIS Movimento	11/2005	367,94	
RAIS Movimento	12/2005	357,93	
RAIS Movimento	01/2006	357,93	
RAIS Movimento	02/2006	357,93	
RAIS Movimento	03/2006	357,93	
RAIS Movimento	04/2006	404,65	
RAIS Movimento	05/2006	504,07	
RAIS Movimento	06/2006	394,66	
RAIS Movimento	07/2006	394,66	
RAIS Movimento	08/2006	394,66	
RAIS Movimento	09/2006	412,18	
RAIS Movimento	10/2006	412,18	
RAIS Movimento	11/2006	412,18	
RAIS Movimento	12/2006	412,18	
RAIS Movimento	01/2007	412,18	
RAIS Movimento	02/2007	412,18	
RAIS Movimento	03/2007	412,18	
RAIS Movimento	04/2007	571,80	
RAIS Movimento	05/2007	445,15	
RAIS Movimento	06/2007	445,15	
RAIS Movimento	07/2007	445,15	
RAIS Movimento	08/2007	485,05	
RAIS Movimento	09/2007	461,98	
RAIS Movimento	10/2007	481,98	
RAIS Movimento	11/2007	461,98	
RAIS Movimento	12/2007	478,16	
RAIS Movimento	01/2008	438,90	
RAIS Movimento	02/2008	438,90	
RAIS Movimento	03/2008	492,79	
RAIS Movimento	04/2008	529,92	
RAIS Movimento	05/2008	546,92	
RAIS Movimento	06/2008	675,86	
RAIS Movimento	07/2008	506,91	
RAIS Movimento	08/2008	506,91	
RAIS Movimento	09/2008	555,19	
RAIS Movimento	10/2008	555,19	
RAIS Movimento	11/2008	506,91	
RAIS Movimento	12/2008	506,91	
RAIS Movimento	01/2009	506,92	
RAIS Movimento	02/2009	756,98	
RAIS Movimento	03/2009	567,75	
RAIS Movimento	04/2009	567,75	
RAIS Movimento	05/2009	567,75	
RAIS Movimento	06/2009	567,75	
RAIS Movimento	07/2009	567,75	
RAIS Movimento	08/2009	567,75	
RAIS Movimento	09/2009	814,65	
RAIS Movimento	10/2009	567,75	
RAIS Movimento	11/2009	567,75	

Remunerações

Fonte	Competência	Remuneração	Indicadores
RAIS Movimento	12/2009	567,75	
RAIS Movimento	01/2010	589,05	
RAIS Movimento	02/2010	673,20	
RAIS Movimento	03/2010	589,05	
RAIS Movimento	04/2010	589,05	
RAIS Movimento	05/2010	618,85	
RAIS Movimento	06/2010	618,85	
RAIS Movimento	07/2010	618,85	
RAIS Movimento	08/2010	864,40	
RAIS Movimento	09/2010	618,85	
RAIS Movimento	10/2010	618,85	
RAIS Movimento	11/2010	618,85	
RAIS Movimento	12/2010	618,85	
RAIS Movimento	01/2011	629,47	
RAIS Movimento	02/2011	629,47	
RAIS Movimento	03/2011	629,47	
RAIS Movimento	04/2011	629,47	
RAIS Movimento	05/2011	629,47	
RAIS Movimento	06/2011	661,18	
RAIS Movimento	07/2011	661,18	
RAIS Movimento	08/2011	881,55	
RAIS Movimento	09/2011	724,15	
RAIS Movimento	10/2011	661,18	
RAIS Movimento	11/2011	661,18	
RAIS Movimento	12/2011	661,18	
RAIS Movimento	01/2012	661,18	
RAIS Movimento	02/2012	661,18	
RAIS Movimento	03/2012	764,03	
RAIS Movimento	04/2012	852,05	
RAIS Movimento	05/2012	852,05	
RAIS Movimento	06/2012	937,25	
RAIS Movimento	07/2012	852,05	
RAIS Movimento	08/2012	1.182,77	
RAIS Movimento	09/2012	918,20	
RAIS Movimento	10/2012	918,20	
RAIS Movimento	11/2012	918,20	
RAIS Movimento	12/2012	918,20	
RAIS Movimento	01/2013	967,20	
RAIS Movimento	02/2013	1.042,04	
RAIS Movimento	03/2013	1.042,04	
RAIS Movimento	04/2013	1.042,04	
RAIS Movimento	05/2013	1.042,04	
RAIS Movimento	06/2013	1.094,14	
RAIS Movimento	07/2013	1.389,35	
RAIS Movimento	08/2013	1.042,04	
RAIS Movimento	09/2013	1.042,04	
RAIS Movimento	10/2013	1.042,04	
RAIS Movimento	11/2013	1.042,04	
RAIS Movimento	12/2013	1.042,04	

Remunerações

Fonte	Competência	Remuneração	Indicadores
RAIS Movimento	01/2014	1.051,24	
RAIS Movimento	02/2014	1.051,24	
RAIS Movimento	03/2014	1.051,24	
RAIS Movimento	04/2014	1.051,24	
RAIS Movimento	05/2014	1.051,24	
RAIS Movimento	06/2014	1.105,63	
RAIS Movimento	07/2014	1.474,14	
RAIS Movimento	08/2014	1.105,63	
RAIS Movimento	09/2014	1.105,63	
RAIS Movimento	10/2014	1.105,63	
RAIS Movimento	11/2014	1.105,63	
RAIS Movimento	12/2014	1.105,63	
RAIS Movimento	01/2015	1.118,43	
RAIS Movimento	02/2015	1.118,43	
RAIS Movimento	03/2015	1.118,43	
RAIS Movimento	04/2015	1.118,43	
RAIS Movimento	05/2015	1.118,43	
RAIS Movimento	06/2015	1.597,00	
RAIS Movimento	07/2015	1.277,13	
RAIS Movimento	08/2015	1.597,00	
RAIS Movimento	09/2015	1.197,78	
RAIS Movimento	10/2015	1.197,78	
RAIS Movimento	11/2015	1.197,78	
RAIS Movimento	12/2015	1.197,78	
RAIS Movimento	01/2016	1.216,18	
RAIS Movimento	02/2016	1.216,18	
RAIS Movimento	03/2016	1.216,18	
RAIS Movimento	04/2016	1.216,18	
RAIS Movimento	05/2016	1.343,41	
RAIS Movimento	06/2016	1.791,17	
RAIS Movimento	07/2016	1.343,41	
RAIS Movimento	08/2016	1.343,41	
RAIS Movimento	09/2016	1.343,41	
RAIS Movimento	10/2016	1.343,41	
RAIS Movimento	11/2016	1.343,41	
RAIS Movimento	12/2016	1.343,41	
RAIS Movimento	01/2017	1.354,81	
RAIS Movimento	02/2017	1.354,81	
RAIS Movimento	03/2017	1.354,81	
RAIS Movimento	04/2017	1.354,81	
RAIS Movimento	05/2017	1.354,81	
RAIS Movimento	06/2017	1.504,81	
RAIS Movimento	07/2017	1.317,41	
RAIS Movimento	08/2017	1.414,69	
RAIS Movimento	09/2017	1.414,69	
RAIS Movimento	10/2017	1.886,21	
RAIS Movimento	11/2017	1.602,09	
RAIS Movimento	05/2018	1.662,98	

COMUNICADO

24/08/2020

MOB: Apresentação de Defesa para Processos de Apuração de Indício de Irregularidade

Informamos que os prazos dos processos de apuração de indício de irregularidades não se enquadram nas hipóteses de suspensão de prazos que não podem ser cumpridas pelos canais remotos (inciso III do Art. 1º da Portaria nº 412, de 20/03/2020), pois a apresentação de defesa ou documentos do processo de apuração de indício de irregularidades poderá ser realizada pelo Meu INSS.

Portanto, os processos que estejam com prazos para a apresentação de defesa vencidos devem seguir com a apuração normalmente.

Isso também vale para os processos do BMOB (Programa Especial de Análise de Benefícios).

Apresentação de Defesa via Meu INSS

Após a emissão da notificação de defesa, a tarefa de apuração de indício de irregularidade é colocada em exigência e, com isso, é oportunizado ao cidadão a apresentação de defesa ou documentos pelo Meu INSS.

Até que seja realizada a integração entre o MOB Digital e o Meu INSS, o servidor deve verificar as respectivas tarefas no GET para conferir se houve a apresentação da defesa.

Dirat, Dirben



Bases Governamentais - Painei do Cidadão

Dados do Filiado			
Nome	Data de Nascimento	CPF	NIT
DANILO DA SILVA GONCALVES	02/08/1993	06929588199	26758094144
Cadastro Único			
Código Familiar	Data Início	Data Fim	
2385317834	14/08/2009		



Bases Governamentais - Paineis do Cidadão - CADUNICO - Consulta Online - Código Familiar: 2385317834

Dados do Filiado				
Nome	Data de Nascimento	CPF	NIT	
DANILO DA SILVA GONCALVES	02/08/1993	06929588199	26758094144	
Dados da Família no CADUNICO				
Data da Inclusão da Família	Data de Atualização	Renda Per Capita	Renda Familiar	
14/08/2009	12/08/2020	1.045,00	2.090,00	
Endereço				
JARDIM DAS PRIMAVERAS RUA MARIA DO CARMO, 0, SN, 79880000				
Membros				
Nome da Pessoa	NIS	Parentesco	Estado Cadastral	
DANILO DA SILVA GONCALVES	21022217196	Filho(a)	Cadastrado	
EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES	19004927460	Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF	Cadastrado	
Dados da Pessoa no CADUNICO				
Nome	NIS	Estado Cadastral	Data de Cadastro no CADUNICO	Sexo
DANILO DA SILVA GONCALVES	21022217196	Cadastrado	28/06/2010	Masculino
CPF	Título de Eleitor	Parentesco	Data de Nascimento	Nome da Mãe
6929588199	23960231902	Filho(a)	02/08/1993	EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES
Data da carga no CNIS	Data da Última Alteração	Data de Exclusão do Grupo		
28/05/2021				
No mês passado recebeu remuneração de trabalho?				
Não recebeu				
Quanto recebe, normalmente, por mês de:				
1 - Ajuda/doação regular de não morador	Não recebeu			
2 - Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS	1.045,00			
3 - Seguro-desemprego	Não recebeu			
4 - Pensão alimentícia	Não recebeu			
5 - Outras fontes de remuneração exceto bolsa família ou outras transferências similares	Não recebeu			
Total Renda				

Dados da Pessoa no CADUNICO				
Nome	NIS	Estado Cadastral	Data de Cadastro no CADUNICO	Sexo
1.045,00				



Instituto Nacional do Seguro Social

Memorando-Circular Conjunto nº 7/DIRBEN/DIRAT/DIRSAT/INSS, de 17 de fevereiro de 2017
Memorando-Circular Conjunto nº 3/DIRBEN/DIRAT/DIRSAT/INSS, de 12 de fevereiro de 2017, alterado

Declaração de Renda do Grupo Familiar			
Nome do Requerente: DANILO DA SILVA GONCALVES			
CPF: 6929588199		Nome Social:	
Renda Mensal do Requerente (Extrair valores do CADUNICO, SUB, CNIS e SD; obter declaração dos valores dedutíveis; e efetuar cálculo da renda)			
Remuneração do Trabalho		Outras Fontes (Valores a serem deduzidos)	
(+) Remuneração bruta do trabalho no último mês	0,00	(-) Pensão especial de natureza indenizatória	0,00
Demais Rendas Contabilizadas		(-) Bolsas de estágio supervisionado	
(+) Ajuda/doação regular de não morador	0,00	(-) Benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporários (renda cujo valor, se existir, não deverá ser informado neste formulário porque não está contida no Cadastro Único)	0,00
(+) Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS	1.045,00		
(+) Seguro-desemprego	0,00	(-) Rendimentos decorrentes de contrato de Aprendizagem	0,00
(+) Pensão alimentícia	0,00	(-) Benefícios de natureza de assistência médica (somente valores do Programa "De Volta Para Casa" - Lei 10.708/03)	0,00
(+) Outras fontes de renda exceto bolsa família ou outras redes similares	0,00	(-) Rendas de natureza eventual ou sazonal (desde que se divida por doze, o resultado seja inferior a 1/4 do salário mínimo)	0,00
(+) Subtotal:		(-) Subtotal:	0,00
		Valor Aferido do Titular:	
		1.045,00	

(1) Renda dos Componentes do Grupo Familiar			
Nome do Membro Familiar: EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES			
CPF: 95764089115		Nome Social:	
Renda Mensal do Membro Familiar (Extrair valores do CADUNICO, SUB, CNIS e SD; obter declaração dos valores dedutíveis; e efetuar cálculo da renda)			
Remuneração do Trabalho		Outras Fontes (Valores a serem deduzidos)	
(+) Remuneração bruta do trabalho no último mês	0,00	(-) Pensão especial de natureza indenizatória	0,00
Demais Rendas Contabilizadas		(-) Bolsas de estágio supervisionado	
(+) Ajuda/doação regular de não morador	0,00	(-) Benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporários (renda cujo valor, se existir, não deverá ser informado neste formulário porque não está contida no Cadastro Único)	0,00
(+) Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS	1.045,00		
(+) Seguro-desemprego	0,00	(-) Rendimentos decorrentes de contrato de Aprendizagem	0,00
(+) Pensão alimentícia	0,00	(-) Benefícios de natureza de assistência médica (somente valores do Programa "De Volta Para Casa" - Lei 10.708/03)	0,00
(+) Outras fontes de renda exceto bolsa família ou outras redes similares	0,00	(-) Rendas de natureza eventual ou sazonal (desde que se divida por doze, o resultado seja inferior a 1/4 do salário mínimo)	0,00
		(-) Benefício de Prestação Continuada de idoso - BPC/LOAS - espécie 88 (quando o requerente for idoso)	0,00
(+) Subtotal:		(-) Subtotal:	0,00
		Valor Aferido do Componente do Grupo Familiar:	
		1.045,00	

- [] Ratifico as informações declaradas pelo Responsável pela Unidade Familiar - RF no Cadastro Único.
[] Não ratifico as informações declaradas pelo Responsável pela Unidade Familiar - RF no Cadastro Único.

Local _____ Data ____/____/____

Assinatura do Requerente ou Representante Legal

Preencher quando o Requerente for o Representante Legal	
Tipo de Representante:	
Nome:	DN:
CPF:	E-mail:
Sexo:	Endereço:
Complemento:	Bairro:
Município:	UF: CEP:
Resumo do Cálculo de Renda Per Capita Familiar	
Quantidade de Componentes do Grupo Familiar:	2
Renda Total do Grupo Familiar:	2.090,00
Renda Per Capita do Grupo Familiar:	1.045,00



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO OPERACIONAL DE BENEFÍCIOS

Ofício nº 202100730309 - 01 de Junho de 2021

Assunto: **Nota Técnica nº 20/2018/MDS - Superação de renda**
Benefício nº: **87 / 619.510.316-4 / amp. social pessoa portadora deficiência / Protocolo: 1297287852**
Prezado(a) Sr(a): **DANILO DA SILVA GONCALVES - RL: EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES**

1. O Instituto Nacional do Seguro Social, por intermédio de Ofício de Defesa, comunicou a V.Sa. sobre a apuração dos indícios de irregularidade no Benefício de Prestação Continuada, facultando prazo para a interposição de defesa.

2. Decorrido o prazo sem que o(a) interessado(a) tenha se manifestado, foi efetuada reanálise com os elementos verificados em sistema, a qual consta de forma detalhada no Relatório de Análise do processo.

Irregularidade verificada:

- renda per capita superior ou igual a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo, em contrariedade ao disposto no Art. 20 3º I da Lei 8742/1993.
- cadastro CadÚnico expirado (mais de dois anos sem atualização), em contrariedade ao disposto no Art. 12 §2 do Decreto 6214/2007.

3. Informa-se que restou constatada a superação dos requisitos para recebimento do benefício assistencial. Diante do exposto, comunicamos que o benefício assistencial foi SUSPENSO.

Comunicamos que o cálculo relativo aos valores recebidos indevidamente e passíveis de cobrança, atualizados até esta data, com base no artigo 175 do Decreto n.º 3.048/99, importam em R\$ [26703,32], relativo ao período de [26/04/2019 a 30/04/2021].

4. Sendo assim, em cumprimento ao disposto no artigo 305 do Regulamento da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.048, de 06/05/99, facultamos a V.Sa. o prazo de 30 (trinta) dias para interposição de recurso ao Conselho de Recursos do Seguro Social contra a suspensão do benefício e a cobrança dos valores recebidos indevidamente, por meio do telefone 135 ou pela internet em gov.br/meuinss, podendo inclusive apresentar documentos relacionados a ACP nº 5044874-22.2013.4.04.7100-RS - comprovação de gastos relacionados com a saúde.

5. Comunicamos que o dossiê eletrônico relativo ao assunto se encontra disponível no site gov.br/meuinss.

Atenciosamente
Instituto Nacional do Seguro Social



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA FASE DE DEFESA - 01/06/2021

Interessado(a): **DANILO DA SILVA GONCALVES - RL: EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES**

Assunto: **Nota Técnica nº 20/2018/MDS - Superação de renda**

Benefício nº: **87 / 6195103164 / Amp. Social Pessoa Portadora Deficiencia / Protocolo: 1297287852**

1. A Previdência Social, após avaliação de que trata o art. 11 da Lei n.º 10.666, de 8 de maio de 2003, detectou irregularidade na manutenção do Benefício de Prestação Continuada que consiste na percepção de renda per capita do grupo familiar superior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo vigente, contrariando o contido no art. 20, § 3º, da Lei n.º 8.742/93, concomitante com o artigo 3º, inciso IV, do Decreto n.º 6.214/2007.

2. A apuração do benefício está relacionada aos batimentos contínuos realizados pelo INSS e às informações prestadas pelo(a) titular (ou seu representante legal), estando o declarante sujeito às sanções previstas em lei nos casos de declaração falsa ou omissão de informação, de acordo com o art. 13 do Decreto n.º 6.214/2007.

3. Cabe ao beneficiário, ou seu representante legal, manter atualizado o CadÚnico do beneficiário e de sua família, além de informar ao INSS das alterações de dados cadastrais ou da percepção de renda, conforme disposto nos artigos 12, 13 e 35-A do Decreto n.º 6.214/07.

4. Foi emitido ofício de defesa, com base no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, facultando prazo para a interposição de defesa pelo interessando.

IRREGULARIDADE VERIFICADA na emissão do Ofício de Defesa - Renda apurada de:

- EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES (mãe/madrasta): renda de vínculo empregatício no valor mensal de R\$ 1602,09 (em 11/2017 vínculo de RPPS Prefeitura de Douradina)

Em que pese a concessão judicial do benefício, conforme sentença judicial não consta informação sobre vínculo de RPPS. Não consta na sentença menção de tais rendimentos. Foi apurado na sentença rendimento de R\$ 600,00 e grupo familiar de 3 integrantes.

Renda declarada no CadÚnico em 04/2019 - R\$ 1226,00

Considerado o integrante com renda a partir da data que é possível confirmar a presença do mesmo no grupo familiar - data da atualização do CadÚnico em [26/04/2019] - face ausência de acesso ao histórico de alterações do referido cadastro.

5. Ciência considerada na data de [10/08/2020], conforme aviso de recebimento.

6. Decorrido o prazo, não houve pelo(a) interessado(a) a apresentação de defesa.

Em nova análise, a conclusão é pela irregularidade da manutenção do benefício quanto ao critério de renda.

Conforme Portaria Conjunta Nº 3, de 21 de setembro de 2018, o grupo familiar a ser considerado para a revisão do BPC é o constante no CadÚnico:



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA FASE DE DEFESA - 01/06/2021

Interessado(a): **DANILO DA SILVA GONCALVES - RL: EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES**

Assunto: **Nota Técnica nº 20/2018/MDS - Superação de renda**

Benefício nº: **87 / 6195103164 / Amp. Social Pessoa Portadora Deficiencia / Protocolo: 1297287852**

Art. 22. A revisão do BPC, de que trata o art. 21 da Lei nº 8.742, de 1993, será realizada por meio de:

§ 1º A análise da renda familiar per capita para a manutenção do BPC ocorrerá por meio da leitura das informações do CadÚnico para recomposição do grupo familiar e de outros cadastros e bases de dados dos órgãos da Administração Pública disponíveis para auferir a renda dos membros do grupo familiar.

Dessa forma, resta o CadÚnico para análise da composição do grupo familiar.

Membros em 12/08/2020: (Nome da Pessoa / NIS / Parentesco / Estado Cadastral)

DANILO DA SILVA GONCALVES 21022217196 Filho(a) Cadastrado

EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES 19004927460 Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF Cadastrado

Renda declarada de EDNA no CadÚnico em 04/2019 - R\$ 1045,00 - aposentadoria

Considerado o integrante com renda a partir da data que é possível confirmar a presença do mesmo no grupo familiar - data da atualização do CadÚnico em [26/04/2019] - face ausência de acesso ao histórico de alterações do referido cadastro.

7. Após as devidas análises, entendemos pela:

- manutenção irregular do benefício, uma vez que a renda per capita é superior ao limite estabelecido, havendo, portanto, a superação dos requisitos para a manutenção do benefício assistencial em análise.

Conforme Lei 8742/1993:

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja: (Redação dada pela Lei nº 13.982, de 2020)

I - inferior a um quarto do salário mínimo; (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.023, de 2020)

§ 14. O benefício de prestação continuada ou o benefício previdenciário no valor de até 1 (um) salário-mínimo concedido a idoso acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou pessoa com deficiência não será computado, para fins de concessão do benefício de prestação continuada a outro idoso ou pessoa com deficiência da mesma família, no cálculo da renda a que se refere o § 3º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.982, de 2020)

- manutenção irregular tendo em vista cadastro CadÚnico expirado (mais de dois anos sem atualização) ou não localizado, em contrariedade ao disposto no Art. 12 §2 do Decreto 6214/2007.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA FASE DE DEFESA - 01/06/2021

Interessado(a): **DANILO DA SILVA GONCALVES - RL: EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES**

Assunto: **Nota Técnica nº 20/2018/MDS - Superação de renda**

Benefício nº: **87 / 6195103164 / Amp. Social Pessoa Portadora Deficiencia / Protocolo: 1297287852**

Conforme Decreto 6214/2007:

Art. 12. São requisitos para a concessão, a manutenção e a revisão do benefício as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.

§ 2º O benefício será concedido ou mantido apenas quando o CadÚnico estiver atualizado e válido, de acordo com o disposto no Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

8. Considerando o disposto na Portaria nº 633/DIRBEN/INSS de 27 de agosto de 2020, a qual revogou o Ofício-Circular nº 15/DIRBEN/INSS de 13 de março de 2019, cabe portanto a cobrança de valores recebidos indevidamente em benefícios assistenciais.

Conforme Art. 115 da Lei 8213/91:

Art. 115. Podem ser descontados dos benefícios:

II - pagamento administrativo ou judicial de benefício previdenciário ou assistencial indevido, ou além do devido, inclusive na hipótese de cessação do benefício pela revogação de decisão judicial, em valor que não exceda 30 (trinta) por cento da sua importância, nos termos do regulamento; (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)

§ 3º Serão inscritos em dívida ativa pela Procuradoria-Geral Federal os créditos constituídos pelo INSS em decorrência de benefício previdenciário ou assistencial pago indevidamente ou além do devido, inclusive na hipótese de cessação do benefício pela revogação de decisão judicial, nos termos da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para a execução judicial. (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)

Em consonância com o PARECER n. 00579/2020/CONJUR-MC/CGU/AGU: 18.

Assim, a partir dos pressupostos acima, parece claro que com o advento da Medida Provisória nº 871, de 2019, perdeu validade o comando do art. 49 do Decreto nº 6.214, de 2007, que previa (a contrario sensu) que a adoção das providências necessárias à restituição do valor do BPC pago indevidamente se daria apenas nos casos de recebimento de má-fé, prevalecendo atualmente a redação do art. 115, II e §3º da Lei nº 8.213, de 1991, com a redação dada pela Medida Provisória nº 871, de 2019, por ser norma de hierarquia superior, e que prevê ser possível a cobrança dos valores pagos indevidamente (ou além do devido) a título de BPC (benefício assistencial) inclusive nos casos de recebimento de boa-fé, seja através de desconto em benefícios previdenciários ou através da inscrição em dívida ativa.

Dessa forma, informamos que o indício de irregularidade mencionado implicará na devolução de valores relativos ao período considerado irregular.

O cálculo relativo aos valores recebidos indevidamente e passíveis de cobrança, atualizados até esta data, com base no artigo 175 do Decreto n.º 3.048/99, importam em R\$ [26703,32], relativo ao período de [26/04/2019 a 30/04/2021].

9. Diante do exposto, feitas as devidas considerações, foi constatada a irregularidade, razão pela qual o benefício foi SUSPENSO com encaminhamento de ofício de recurso, facultando à(o) interessada(o) prazo para recorrer da decisão ao Conselho de Recursos da Previdência Social, conforme art. 69, §5º da Lei nº 8.212/1991, podendo, inclusive, apresentar documentos relativos a comprovação de gastos previstos na ACP n.º 5044874-



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA FASE DE DEFESA - 01/06/2021

Interessado(a): **DANILO DA SILVA GONCALVES - RL: EDNA DA SILVA CORREIA GONCALVES**
Assunto: **Nota Técnica nº 20/2018/MDS - Superação de renda**
Benefício nº: **87 / 6195103164 / Amp. Social Pessoa Portadora Deficiencia / Protocolo: 1297287852**
22.2013.4.04.7100-RS.

Gustavo Correa Leite

Matrícula 1493273

Despacho (153515020)

Enviado em 01/06/2021 08:44

Unidade: 0150001 - COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO OPERACIONAL DE BENEFÍCIOS
1297287852 - Apuração de Irregularidade - MOB Digital (Tarefa principal)

Tarefa concluída via serviço através da aplicação MOB Digital.